



Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Caio Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Osvaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Osmário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Péricles de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 116.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Ruch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Nami Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emilia Belinati, José Afonso Júnior, Nelson Justus e Nilton Servo (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei nº 390/94, constante da Ordem do Dia de 14 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei nºs 382/94, item 07; 389/94, item 09; 397/94, item 11; 398/94, item 12; 399/94, item 13; 401/94, item 14; 402/94, item 15; 404/94, item 16; 405/94, item 17; 400/94, item 42; constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei nº 372/94, item 39.

Sala das Sessões, em 14.12.94

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência na votação do Projeto de Lei nº 352/94, segundo disposto no Art. 178, IV do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.94

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei nº 430/94, item nº 45 e nº 294/94, item nº 03 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 14.12.94

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Orlando Pessuti e Anibal Khury.

REQUERIMENTO Nº 2774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Resolução nº 53/94.

Sala das Sessões, em 14.12.94

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 2776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 389/94 de autoria do

Tribunal de Contas, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 14.12.94

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO Nº 2668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária, votos de pesar pelo falecimento do Senhor José Antonio Silvestri, ocorrido no último dia 10 de dezembro de 1994.

José Antonio Silvestri, homem de conduta ilibada, primeiro produtor de mandioca da Região Noroeste, que com 86 anos de idade, deixando uma história de vitórias e vida, a ser seguida por muitos.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez de sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação à sua profissão e aos seus semelhantes.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, residente no Município de Paranavaí-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Júlio Rocha Xavier, ex-Deputado Constituinte e ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Júlio Rocha Xavier, nascido em Ponta Grossa, neste Estado do Paraná, foi diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, foi Secretário da Delegacia Regional do Trabalho, Secretário das Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Secretário da 1ª Comissão de Salário Mínimo no Paraná, ex-Prefeito de Carlópolis, Deputado Constituinte em 1947, ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, ex-Presidente da Câmara Municipal de Tomazina, Promotor de Justiça Jubilado, advogado militante, organizador do PTB no Paraná, enfim, com uma passagem brilhante como homem público.

Como homem de letras, foi autor de várias publicações sobre assuntos políticos e sociais, tendo publicado os livros "Fé e Energia", "Roteiro dos Jovens" e "Novos Rumos", este último versando sobre a realidade política brasileira.

REQUERIMENTO Nº 2777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do estimado Doutor Júlio Rocha Xavier, ocorrido na madrugada de hoje, 12 de dezembro, nesta capital.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Júlio Rocha Xavier, ex-Presidente desta Assembleia, foi Deputado Constituinte em 1947 e era um dos cinco últimos sobreviventes desse período histórico, que assistiu à redemocratização do Brasil e do Estado do Paraná após o período getulista do Estado Novo.

Nascido em Ponta Grossa em 1911, desde cedo se revelou nas lides políticas e públicas, tendo sido orador de sua turma no então Ginásio Paranaense. Colando grau em Direito em 1932, começou a advogar e exerceu cargos públicos como Promotor de Justiça, Delegado de Polícia e Juiz de Direito.

Em 1942 foi eleito prefeito de Carlópolis e, nas eleições de 1947 foi escolhido pelo povo como Deputado Estadual, tendo sido reeleito em 1950, quando ocupou a cadeira da Presidência.

Líder partidário, foi um dos fundadores do PTB no Paraná, partido em que sempre militou. Além de diversos livros e ensaios políticos, publicou recentemente uma densa autobiografia em que testemunha uma das fases mais fecundas da construção da identidade política do Estado do Paraná.

O povo paranaense perde uma das suas figuras mais expressivas com a morte do Dr. Julio Rocha Xavier, o que justifica plenamente a manifestação de pesar que ora propomos.

REQUERIMENTO Nº 2778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado, na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do jornalista e ex-Deputado Constituinte Júlio Rocha Xavier.

Outrossim solicitamos que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento aos seus familiares, na pessoa da viúva, Senhora Maria Tereza Milek Xavier, à Rua José Neves da Cunha nº 65, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Júlio Rocha Xavier, nascido na cidade

de Ponta Grossa, foi diplomado pela Faculdade de Direito Federal do Paraná, exerceu durante sua vida elevadas funções públicas destacando-se entre elas ao de ex-Prefeito de Carlópolis, Deputado Constituinte em 1947, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ex-Presidente da Caixa Econômica do Paraná, ex-Presidente da Câmara Municipal de Tomazina, Promotor de Justiça Jubilado e advogado militante.

Autor de várias publicações sobre assuntos políticos e sociais, entre as quais "Fê e Energia", como orador da turma ginasial; "Roteiro dos jovens" como orador da turma de bacharéis e "Novos Rumos", versando sobre a realidade política brasileira.

Organizador do Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná, em 1945, e seu reorganizador em âmbito nacional em 1979, tendo sido nessa fase, o seu primeiro presidente, e pertencente a Comissão Executiva Nacional.

Como Parlamentar, sua ação foi das mais destacadas, sendo Líder da Bancada Petebista na 1.ª Sessão da Legislatura, portanto na oposição, teve marcante desempenho político, já que não foi oposicionista faccioso, antes foi, um espírito vigilante em defesa dos públicos interesses, e seu apoio jamais faltou quando em debate causas relevantes para o progresso do Paraná.

Reeleito em 03 de outubro de 1950, tem seu mandato erguido sobre sólida e expressiva base popular, viu na Assembléia, retificada a votação popular, sendo por seus Pares, elevado à cadeira de Presidente do Legislativo.

Seu trabalho Parlamentar é todo ele visando precipuamente o bem-estar da coletividade, principalmente melhor e mais decidido apoio às classes trabalhista, operários, empregados, servidores públicos - o povo.

Digna de nota a sua contribuição à Constituição do Estado, com suas oportunas emendas e debate esclarecedor dos assuntos ventilados em nossa Carta Magna.

Centenas são os projetos de lei, sugestões e outras propostas no interesse da coletividade paranaense, cumprindo destacar os projetos de lei visando: a criação da "Casa do Trabalhador do Paraná", criação da Universidade Rural e Técnica, Agência para a colocação de Desempregados, Instituto de Belas Artes do Paraná, criação de grupos escolares na capital e interior do Estado, criação do Mercado Municipal, carteira de crédito agrícola para lavradores, Escola de Enfermagem em Curitiba, instituição de pensões às viúvas de servidores públicos, entre outros tantos.

Na Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como quando no

Plenário, o Deputado Júlio Xavier, exerceu seu mandato, dignificando sempre a função eletiva.

REQUERIMENTO Nº 2779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Júlio Rocha Xavier, ex-Deputado Estadual Constituinte e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ocorrido nesta Capital, dia 13.12.94.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Falecido nesta Capital, em data de ontem, 13.12.94, o Dr. Júlio Rocha Xavier, ex-Deputado Estadual Constituinte e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deixou viúva Dona Maria Tereza.

O Dr. Júlio Rocha Xavier nasceu em Ponta Grossa a 9 de abril de 1911, filho de Alberto Rodrigues Xavier e de Dona Leonor Rocha.

Fez seus estudos primários na cidade de Ponta Grossa concluindo-os em Curitiba, onde frequentou o Ginásio Paranaense e o Colégio Novo Ateneu. Foi orador de sua turma.

Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito do Paraná, havendo colado grau em 1932.

Muito moço iniciou a carreira que vinha trilhando, como advogado. Depois passou a Secretário da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Mais tarde nomearam-no promotor público de Carlópolis, acumulando as funções de Delegado de Polícia e, a seguir, Juiz de Direito dessa cidade, por concurso.

Em 1942, foi prefeito da referida cidade, muito fez em seu benefício, resultando de sua benéfica ação, sair, no pleito de 1947, eleito Deputado Estadual. Nas eleições de 1950, foi reeleito, tendo ocupado a cadeira da Presidência.

O Dr. Júlio Rocha Xavier escreveu e publicou ainda os seguintes trabalhos: "Fê e Energia", discurso de orador oficial da turma de bacharéis em ciências e letras em 1933; "Roteiro dos moços", discurso de orador dos bacharelados de direito em 1938; "Novos Rumos", ensaios políticos e sociais, 1946. Recentemente publicou livro sobre sua biografia.

O destino privou seus familiares do

seu convívio onde deixou enorme lacuna; entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Júlio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rocha Xavier endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está aberta a Sessão. Lida e aprovada a Ata.

Não havendo expediente a ser lido concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros servidores públicos do Estado do Paraná.

Ontem às 16 horas no Teatro Guaíra, teve a diplomação dos Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Governadores e Vice-Governadora eleita pelo nosso Estado.

Como Deputado Estadual reeleito não compareci à Solenidade de entrega dos Diplomas preferindo pegá-lo junto ao Tribunal Regional Eleitoral, sem a participação naquela solenidade.

O que me levou a este gesto foi bastante debatido e pensado por companheiros que apoiaram a nossa candidatura a Deputado. Nós sabemos que em nosso País tem imperado a impunidade e também, nós Parlamentares, por bem decidimos fazer um ato político de protesto contra a impunidade que impera em nosso País, fazendo com que mesmo o ex-Presidente Fernando Collor não tenha sido punido.

E no nosso entender a imunidade Parlamentar deve servir como defesa de todos os Parlamentares, no seu direito político de exercício de mandato, e a imunidade não deve servir para que Parlamentares se acobertarem de atos corruptos ou mesmo de crimes comuns sobre este manto. Nós sabemos que o ato foi isolado, mas era o que restava para nós fazermos, uma vez que sob imunidade parlamentar não cabe a Deputados Estaduais legislarem a respeito, mas sim Deputados Federais.

Nós sabemos que no Estado do Paraná existem, assim como em outros estados, conforme denúncia feita no Jornal O Estado de São Paulo, cidadãos que poderiam ser chamados no linguajar de elementos que saíram candidatos para obterem a imunidade Parlamentar e não ser processado por crime de corrupção.

O Estado de São Paulo traz uma lista imensa desses elementos a nível Nacional, no qual aquele Jornal inclui o ex-Dirigente da TELEPAR, Paulo Cordeiro. E eu não

poderia receber diploma aonde alguns acusados de irregularidades também receberiam esse diploma, e a partir daí gozariam de imunidade sem poder serem processados.

Nesse sentido, isoladamente, mas consequentemente não participei dessa solenidade.

Agradeço os votos que me reconduziram à Assembléia Legislativa, assumirei o meu mandato, não entendo isso como afronta a nenhum dos Poderes, mas entendo como necessidade de todo cidadão, que deseja ver o fim da corrupção do nosso País.

E aqueles corruptos na cadeia, não só botando em liberdade, mas presos como deveriam ficar PC Farias, Collor de Mello, Humberto e outros que existem em nosso País, que a lista é longa, somos contrários a esse tipo de gestão feita em nosso País como é o caso agora do Senado Federal, na qual votam anistia para Umberto Lucena, após punição pelo Supremo Tribunal.

Por isso, é que ontem não comparecemos, não renegamos o nosso mandato, mas queremos aqueles que foram acusados de irregularidades, ver esses crimes apurados, e se culpados, vê-los presos, e não Deputados desse País.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós Parlamentares estivemos ontem sendo diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral, e foi uma Sessão realmente das mais gratificantes quando pudemos ver o nosso Governador Jaime Lerner, ser diplomado, os demais companheiros da Assembléia da mesma forma, inclusive Vossa Excelência, outros que não compareceram por justificativas, os Deputados Federais, e Senadores também, em nada nos vemos diminuídos em relação a possíveis pessoas que se elegeram de formas diferentes, cabe ao Tribunal Regional Eleitoral, esta tarefa, aliás como fez bem ontem, em relação ao ex-Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, ex-Deputado Estadual eleito pelo PMDB.

Portanto, quero deixar bem claro, que me senti imensamente gratificado pela 5.^a vez, subir ao palco do Teatro Guaíra, e receber o meu diploma de Deputado Estadual, de Vereador, de vice-Prefeito e três vezes Deputado tenho certeza que os demais companheiros também sentiram esta mesma emoção e esta mesma gratificação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na noite de ontem, fazendo a presença não só de nós eleitos, mas de nossas famílias, dos nossos amigos que nos ajudaram, daqueles que batalharam a cada um dos Senhores Deputados, que lá estiveram, não tenho nada contra o Deputado Rosinha, pode

ele protestar da maneira que queira, mas, não deveria nunca, envolver nomes de pessoas que o Tribunal Regional Eleitoral deu condições para ser candidato, e ser diplomado.

Creio, Deputado Rosinha, que as diferenças pessoais, políticas e partidárias, nunca devem ser levadas a público principalmente com uma platéia igual a esta, eu tenho na minha vida pública, Senhor Deputado Rosinha, de saber que a educação e principalmente o respeito, às famílias daqueles que lá estiveram, e alguns poucos que aqui se encontram, deveriam saber de que todos os eleitos que lá estiveram recebendo o diploma, mereceram da maioria do povo do Paraná, o aplauso, o voto e a condição de aqui retornar, não seria Senhor Presidente, meia dúzia de partidários que batem palmas, ou meia dúzia que vão, que vão fazer a diferença da família do Paraná, ser bem atendida pelo futuro Governador Jaime Lerner.

Aplausos e vaias não valem para um Governo de quatro anos. Ninguém vai votar neste plenário por emoção alguma. Vamos votar pela razão do Paraná. Não vamos escutar besteiras ditas por meia dúzia vaiando. Vamos aplaudir os milhões e milhões de brasileiros paranaenses que merecem, depois de oito anos, a atenção do Governo e, principalmente, o funcionalismo público.

Pelo funcionário nós vamos continuar batalhando nesta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, da mesma forma, nós queremos dizer da nossa satisfação em receber o nosso quarto diploma oriundo dos votos da população.

Nós não queremos questionar se este ou aquele mereceu ou não ser eleito. Nós queremos cumprimentar o Tribunal Regional Eleitoral pela condução de mais um pleito democrático que fortalece a democracia brasileira.

Meus cumprimentos, muito particularmente, ao Tribunal Regional Eleitoral pela belíssima e responsável condução do processo que ocorreu no nosso Estado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, usei da palavra e fui muito claro. Eu não fiz acusação a nenhum dos Deputados presentes a esta Sessão. Eu não sei porque alguns se sentiram tão ofendidos. Eu citei o Jornal do Estado de São Paulo e de lá, daquela fonte, é que eu tirei o único nome citado da Tribuna, inclusive com seu sigilo bancário quebrado a pedido da Justiça

Federal, e também afastado da direção da TELEPAR, naquela ocasião, sob acusação de irregularidades, a mando da Justiça Federal.

Portanto, eu citei um exemplo. Mas nós sabemos que em nosso País inúmeras pessoas se candidatam para obter a imunidade parlamentar, e o Estado de São Paulo fez uma extensa lista.

Portanto, ao colocar a minha posição pessoal, não quis ofender nenhum dos Deputados presentes e nem desmerecer o Tribunal Regional Eleitoral, porque é por lá também que eu estou sendo diplomado como Deputado, não tantas vezes como os que me antecederam, até porque não desejo ser tantas vezes Deputado, prefiro encerrar mais cedo.

É este esclarecimento que é necessário ser dado: se alguém foi ofendido, este alguém se ofendeu por questão de consciência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicita, a exemplo do que já fez ontem no início da sessão, que os nossos ilustres visitantes se mantenham dentro daquilo que estabelece o Regimento para que nós possamos ter condições de levar adiante a discussão e votação de importantes matérias que tramitam nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, Nobres Pares, colegas Deputados.

É com grande satisfação que nesta tarde quero discutir um assunto da maior importância e relevância para o Estado do Paraná, porque terá, com certeza, repercussão no índice de ICMS do nosso Estado.

Estudando detalhadamente a matéria de ICMS, tributo, o sistema tributário nacional, poderíamos com toda certeza, afirmar: existe legitimidade em algumas leis, mais com absoluta segurança, todas as leis são legais, apesar de que algumas dessas leis possam não ser legítimas por não terem sido emanadas da vontade popular. Entretanto, no nosso sistema tributário nacional, nós temos uma imunidade tributária, prevista no Artigo 155, inciso X, letra b da Constituição Federal, que não permite que a energia gerada por Itaipu ou a energia gerada por outras usinas hidrelétricas do Estado do Paraná, ao serem transferidas do Paraná para outros Estados da Federação, possam ser tributadas. Essa imunidade tributária, prevista expressamente na Constituição, vem em prejuízo do Estado do Paraná e nós nessa Casa, estamos discutindo uma questão que vai diretamente de encontro aos interesses do Estado do Paraná e de encontro a alguns municípios. Estamos

discutindo a questão menor, a questão como se sentariam à mesa os miseráveis para distribuir as migalhas entre eles, em detrimento maior do Estado do Paraná, qual seja, o de tributar energia elétrica transferida do Estado do Paraná para outros Estados da Federação. A imunidade contida na Constituição de uma articulação em 1988 do Deputado Federal, à época, José Serra vem em prejuízo do Estado produtor de energia elétrica que é o Estado do Paraná, beneficiando os Estados consumidores, enquanto cada consumidor comum para na casa ou na sua empresa, no Estado do Paraná, a alíquota referente ao ICMS, nós na energia transferida para São Paulo, Minas Gerais e outros Estados, não temos essa tributação. Já defendemos essa posição logo no início do nosso mandato. Muitos outros Deputados preocupados com a questão maior da tributação do ICMS têm defendido a mesma posição. O Dr. Francisco Cunha Pereira, assim igualmente aos combativos parlamentares desta Casa que entendem que o cerne da questão, é a tributação da energia elétrica na transferência interestadual, também se posiciona neste movimento paranista em defesa do Estado do Paraná, porque só a energia, só o faturamento da Itaipu Binacional quase que equivale a toda a arrecadação do Estado do Paraná e como 95% da energia, Senhores Deputados produzida pela Binacional Itaipu é exportada para outros Estado, imaginem se os senhores, pasmem os senhores, o Estado do Paraná não recebe em absoluto, nenhum tostão por essa tributação. Aí quero abrir um parêntese. A hierarquia das normas, não só das normas tributárias, Deputado José Tavares, mas da hierarquia das normas, a Suprema Carta, a carta política, a Constituição Federal, na hierarquia das normas, as leis complementares, as leis ordinárias e assim, sucessivamente. O Projeto de lei em tela e em discussão nesta Casa quer revogar princípio constitucional da hipótese da incidência tributária, quer rasgar a lei complementar nº 63 em benefício, para tentar reparar uma possível injustiça mas em prejuízo da legislação maior. Como os miseráveis, discutimos a migalha, ao invés de enveredarmos as nossas baterias de força para o Congresso Nacional para que possamos ver tributada a energia elétrica na transferência do Estado gerador do Paraná para os Estados consumidores de São Paulo e Minas Gerais.

Mas vamos continuar o nosso raciocínio, Deputado Renato Adur. A Lei Complementar nº 63 traz uma outra excepcionalidade, diz em seu art. 3º § 1º: "O valor adicionado, quer dizer, o valor adicionado corresponderá - para cada município - ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor da prestação de serviços no seu ter-

ritório, deduzido o valor das mercadorias entradas em cada ano civil". Diz o § 2º: "Para efeito de cálculo do valor adicionado serão computados, 'vejam o absurdo mas é Lei Complementar à qual devemos respeito até o momento em que o Congresso Nacional assim a altere', inciso I, as operações e prestações que constituam fato gerador do imposto, mesmo quando o pagamento for antecipado ou diferir, ou quando o crédito tributário for diferir, reduzido ou excluído em virtude de isenção ou outros benefícios, incentivos ou favores fiscais. "Diz ainda o § 2º inciso 2: "a excepcionalidade que prejudica não só os municípios lindeiros a Foz do Iguaçu mas todos os municípios do Paraná. E, mais ainda, prejudica o nosso Estado do Paraná. As operações imunes do imposto, conforme as alíneas A e B do inciso 10 do § 2º do art. 155 e alínea D do inciso 6º do art. 150 da Constituição Federal."

Vejam só o casuísmo armado pelo legislador. Todo sistema tributário que deve ser interpretado de uma maneira sistemática se cobra ICMS na transferência de um Estado para outro. Como o Paraná é um Estado gerador de energia e São Paulo é Estado consumidor, o legislador constituinte mandou inserir lá, uma imunidade: "Se cobra ICMS em todos os casos, menos quando a energia elétrica é transferida de um Estado para outro. E mais, a Lei Complementar nº 63 mandou o legislador complementar, dizendo: "... que embora não se tributando a energia elétrica na transferência entre os Estados, é lícito, é legal, 'não digo que seja legítimo mas é legal', que o município base da usina hidrelétrica, o município onde acontece o negócio jurídico, o estabelecimento comercial que esse valor, mesmo não entrando como receita tributária ao Estado do Paraná, seja considerado valor adicionado, seja considerado valor agregado ao município."

Esta lei, não temos nós, Deputados Estaduais, poder para revogá-la.

Nós não podemos revogar a Constituição Federal nem tampouco a Lei Complementar. Seria, desculpe a comparação, como aquela piada conhecida de todos nós: do vereador que querendo levar o mar para uma cidade colocada acima da serra, levando a proposta para a Câmara Municipal alguém o alertaria que seria desrespeitar a Lei da Gravidade fazer isso.

E ele disse: "Mas se há Lei da Gravidade nós vamos revogar essa Lei. "Nós não podemos revogar princípio constitucional.

Nós não podemos revogar Lei Complementar que regulamenta a Constituição Federal. Que bom seria que os municípios lindeiros pudessem receber. O critério que se coloca para tentar mudar a hipótese de

incidência tributária é o critério do volume de água. Pois bem, mas por que então beneficiar só os municípios lindeiros, por que não vamos além, se esse fosse o critério, apesar de ilegal, apesar de não ter embasamento da teoria tributária? Por que não atender também os municípios que lá são banhados pelo Rio Tibagi, que desagua lá no Paranapanema, que desagua no Paraná? Por que não atender os demais municípios, porque todos eles estariam contribuindo. Mas isto é ilegal. Isto a legislação não permite. Por quê? A água não tem valor monetário. A água não é matéria prima para produção de energia elétrica. A água não sai, não entra na usina e sai de uma maneira transformada. Ela é apenas um incremento a mais. Agora, toda a doutrina, toda a doutrina sobre hipótese de incidência tributária, sobre regra matriz de incidência tributária está calcada na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 63 e não podemos nós aqui alterar esta realidade legal, porque se fosse para fazer como pretendem os nobres colegas Deputados, para beneficiar os municípios lindeiros é como eu coloquei: todos os municípios que têm na sua extensão, que sejam banhados por rios que formam na sequência o Lago de Itaipu, obviamente teriam direito, mas eu não ousa defender esta proposta porque ela seria eivada de total ilegalidade.

O Sr. Valdir Rossoni - V.Exa. permite um aparte, Deputado?
(Assentimento).

- Olha, V.Exa. está fazendo aqui um brilhante discurso, mas este discurso que V.Exa. está fazendo aqui, e até eu com muito prazer daria o meu voto para elegê-lo Deputado Federal. Este discurso que V.Exa. está fazendo nesta Casa teria que ser feito no Congresso Nacional. Acredito que se V.Exa. está se contrapondo ao nosso projeto, V.Exa. deveria ter se preocupado antes para que nós mobilizássemos os Deputados Federais para que eles regulamentassem esta lei que não está regulamentada. Aí sim esse discurso de V.Exa. se contrapondo ao nosso projeto eu aceitaria.

Agora, o que eu não aceito de V.Exa., as posições, é de que esta sua defesa só defende o interesse da minoria. E se nós deixarmos, e é esta a pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa. é de que se nós deixarmos a situação como está esse ICMS que V.Exa. está defendendo, que está saindo do bolso do Estado do Paraná e que está prejudicando a todos os municípios do Estado do Paraná, hoje também está saindo. Não quer dizer de que nos aprovando o nosso projeto vai mudar qualquer coisa no bolso do Estado do Paraná.

A única coisa que nós queremos com o

nosso projeto é de que aprovado esse projeto seja distribuído a todos os municípios prejudicados por lagos de usina. Enquanto a sua defesa, nobre Deputado, com todo o respeito que tenho por V.Exa., a sua defesa é brilhante, mas seria brilhante se nós o fizéssemos na presença dos Deputados Federais do Paraná que têm essa responsabilidade. Se V.Exa. estivesse aqui tentando convencer este Deputado e esta Casa para que nós formássemos uma Comissão, uma Comissão para irmos ao Congresso Nacional pedir aos congressistas para que nós aprovássemos essa Lei Complementar, tudo bem, mas neste exato momento nós perdemos. Acredito, que V.Exa. está fazendo o seu discurso um pouco atrasado, porque Foz do Iguaçu que é o maior exemplo para não citar os outros municípios vem recebendo esse ICMS. Por mais injusta que seja a nossa lei ela é muito mais justa do que a lei que ora está em vigor. Ela é muito mais justa porque ela vai atingir a todos os municípios do Paraná. Só para o senhor ter uma idéia, para V.Exa. ter uma idéia, se me permitir, nós temos muito tempo: só quero citar aqui um exemplo do Município de Santa Helena. Esse município hoje diminuiu a sua população em quase três vezes. Ela perdeu o fundo de participação e para isto ela recebe o fundo de participação para ser ressarcido, mas só que o fundo de participação é calculado em cima da sua população e onde está o ressarcimento desse município? O Município também recebe a receita do ICMS. E aquelas áreas inundadas, para não me tornar repetitivo como eu disse ontem, como é que este município vai ser ressarcido? Olha, Deputado Durval Amaral, por mais injusta que seja essa lei, ela é muito mais justa do que este bolão ficar para um município só. É injusto que o Município de Foz do Iguaçu, Srs. Parlamentares, com cento e noventa mil habitantes recebe mais do que Maringá e Londrina juntos, que têm seiscentos e noventa mil habitantes. Aí é que está a justificativa do nosso projeto. E aí se a preocupação de V.Exa. é provar a inconstitucionalidade do nosso Projeto, vamos aprovar o Projeto aqui e vamos deixar que a justiça se pronuncie para ela dizer se esta lei é inconstitucional ou não é inconstitucional.

Nós queremos agora, no fechamento e no apagar da luzes de 1994, querer adiar a votação desse projeto, querendo formar comissões como eu vi aqui alguns Deputados colocando, este projeto está na Casa aqui há mais de um mês, esta proposta poderia ter vindo há um mês atrás, daria tempo para formarmos uma comissão fazermos um estudo, e talvez aí até fazer uma lei mais justa. Mas neste momento se nós não aprovarmos dessa lei Srs. Deputados, nós estaremos cometendo aqui uma injustiça com

sessenta Municípios do Paraná, e este bôlão não vai ser distribuído a todos os Municípios do Paraná, vai ser distribuído sim ao rico Município de Foz do Iguaçu.

O SR. DURVAL AMARAL - Agradeço o aparte

Nobre Deputado Valdir Rossoni e quero dizer que não se trata de defender os municípios lindeiros ao lago de ITAIPU, ou de se defender o Município de Foz do Iguaçu. Se trata, por sermos uma Casa de Leis, legisladores responsáveis, de defender princípios basilares do direito, a Constituição Federal, a lei complementar. E quero dizer ao Nobre Deputado que não existe matéria a nível do Congresso Nacional para ser regulamentada no tocante a esses pontos, o que existe é uma luta maior do Estado do Paraná já encampada por alguns Deputados Federais, pelo Dr. Francisco Cunha Pereira entre outros, que quer a tributação do ICMS na transferência de um Estado para outro. Quero dizer mais, Nobre Deputado, matéria tributária segue princípios rígidos fixados na Constituição. Não vou reprisar aqui o que já coloquei com relação a flagrante inconstitucionalidade e ilegalidade desse projeto de lei, não obstante a boa intenção dos nobres pares Deputados. Não defendo a centralização tributária em Foz do Iguaçu, até seria justo que Foz do Iguaçu recebesse se o Estado do Paraná tivesse efetivamente recolhimentos tributários em razão da transferência interestadual. O que diz com relação a inundação, a perda de população aos municípios lindeiros a Foz do Iguaçu, aos problemas sociais oriundos com a construção da represa de ITAIPU, eles são compensados, e compensados inclusive por uma previsão constitucional. Matéria tributária tem caráter tributário, em razão de um negócio, em razão de um ato jurídico econômico se dá a incidência de um tributo, o fato gerador e, efetivamente existe um sujeito passivo e um sujeito ativo, que automaticamente se credita desse tributo.

Para a compensação do concharacterizatório nós temos a lei de royalties que todos os Municípios lindeiros a ITAIPU Binacional estão recebendo, inclusive o Município de Foz do Iguaçu. Pois bem Srs. Deputados, eu estudei atentamente a decisão do Supremo Tribunal Federal, estudei o Parecer do Ministro do Tribunal Superior, que, efetivamente, defendia a posição dos demais municípios lindeiros. Toda a sua argumentação se dá em cima de que sem o volume d'água não seria possível se fazer a pressão para se gerar a energia elétrica.

Todos os demais Ministros do Supremo que votaram a favor, exaltaram o referendo, a posição do Ministro que foi a favor dos municípios lindeiros, e disseram: -"A posição é maravilhosa, só que não tem am-

paro jurídico algum." É totalmente anti-jurídico! E disseram eles: "Se fosse para beneficiar os municípios pelo volume de água, todos os demais que estão acima do Lago de ITAIPU, que de certa forma contribuem para formar o volume de água, automaticamente estariam também tendo direito a requerer esta participação."

Então não se trata aqui de matéria de Direito Civil, se trata de matéria de Direito Tributário, com normas rígidas, claras e definidas. Não se trata de ser a favor de Foz do Iguaçu ou de ser contra os municípios lindeiros, nem de ser a favor dos municípios lindeiros e ser contra Foz do Iguaçu, ou o Estado do Paraná.

O cerne da questão é que é ilegal! A ilegalidade é brutal e nós não podemos revogar princípios doutrinários do Direito Tributário! Não podemos revogar a Lei Complementar nº 63! Não podemos rasgar a Constituição Federal para fazer agrado ou até para reparar uma injustiça que poderia acontecer, mas a nível desta Casa de Leis.

Concedo o aparte ao Deputado Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário: - Muito obrigado, Deputado Durval Amaral.

Primeiramente a questão da distribuição do ICMS no Estado do Paraná e nos estados brasileiros é realmente um caso que os Deputados Federais deveriam ter resolvido, na Constituição.

O Fundo de Participação dos municípios não tem polêmica alguma, se distribui os recursos arrecadados pela União, a todos os municípios do Brasil de acordo com o número de habitantes. Por que o ICMS não é distribuído da mesma forma? Hoje, no Paraná, nenhum Deputado que aqui está tem moral para aqui questionar administrações municipais, porque a administração municipal, com bastante dinheiro, qualquer prefeito é bom.

Agora existem prefeitos, no Paraná, que administram municípios com 50, 60.000 habitantes com uma arrecadação inferior a municípios de 5.000 habitantes.

Por essa razão é que nenhum de nós, nem autoridade alguma, constituída, tem moral para levantar dúvidas às administrações municipais sem ter o conhecimento local.

Tem que ser levantado, "in loco", a realidade de cada município, porque a distribuição do ICMS realmente é madrastra!

Mas, com respeito ao que V.Exa. aqui colocou, da parte ilegal, sinceramente Deputado Durval Amaral, com todo respeito, V.Exa. é sem dúvida um grande municipalista, quero dizer que entre a parte ilegal e a parte imoral de Foz do Iguaçu receber o que vem recebendo, eu tenho que ficar primeiro contra toda essa distribuição de dinheiro que não entra nos co-

fres públicos do Estado. Mas para que a discussão, a polêmica continue, para traçarmos uma solução, hoje eu deixo de apresentar uma Emenda, já com o compromisso de outros Deputados, para que no ano que vem se apresente uma reforma total da distribuição do ICMS, dentro da quota dos 25%, para que a polêmica continue. Visto que já existe jurisprudência a respeito dessa matéria que estamos discutindo, voto, pelo menos hoje voto com uma distribuição um pouco maior, voto com os municípios e lamento profundamente, lamento, Deputado Toti Colaço, que o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná não esteja aqui defendendo os municípios que estão sendo roubados por Foz do Iguaçu, e se esta Lei passar pelos municípios lindeiros da Foz do Iguaçu. Estamos sendo roubados 370 municípios aproximadamente. E lamento que o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná não esteja aqui hoje, a exemplo desses valorosos Prefeitos que vêm buscar o melhor para suas comunidades. Por esta razão, em protesto com os líderes municipalistas que não se manifestaram com o roubo que vem acontecendo aos municípios, eu estou com os Prefeitos que aqui estão presentes reivindicando o melhor para eles.

O SR. DURVAL AMARAL - Quero aproveitar a mesma linha de raciocínio do Deputado Geraldo Cartário. Vamos, então, a esse raciocínio, que o Município de Foz do Iguaçu é beneficiado em detrimento dos municípios lindeiros, e que ele estaria, hipoteticamente se locupletando em detrimento dos demais, porque o Estado do Paraná não recebe o ICMS transferido de um Estado para outro. Vamos imaginar que essa premissa fosse absolutamente verdadeira. Vamos a outra premissa que nós tenhamos uma situação modificada, que os municípios lindeiros passem a receber esse recurso, 14, 20, 30, não sei quantos aproximadamente. Sessenta municípios lindeiros passem a receber esse recurso. Não estariam eles, da mesma forma recebendo esses recursos em prejuízo de 310 municípios do Paraná que não estivessem contemplados. Claro que se o raciocínio serve contra Foz do Iguaçu em benefício dos 60 que serão beneficiados, serve também, em prejuízo dos outros 310 que não vão ser beneficiados. Ora, Senhores Deputados, não podemos cometer uma ilegalidade para reparar outra ilegalidade.

O Sr. Toti Colaço - (Aparte - assentimento). Queria fazer um reparo por parte do Deputado Geraldo Cartário no que diz respeito a não presença do Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, Prefeito de Assis Chateaubriand,

em razão que é do conhecimento de todos os Prefeitos que aqui estão presentes inclusive, de todos os Senhores Deputados que têm assento nessa Casa, enfim, de todas as autoridades constituídas do Estado do Paraná, que hoje pela manhã iniciou-se um grande Fórum de debates de assuntos que dizem respeito a todos os municípios do Estado do Paraná. E o Presidente e outras lideranças municipalistas, se encontram, inclusive agora nesse exato momento, possivelmente, tendo o primeiro encontro com o Governador eleito Jaime Lerner que era sua parte a partir das 14:00 do dia de hoje.

Hoje pela manhã foi feito a abertura com a presença do Governador Mário Pereira, com a presença do representante do Presidente da República Itamar Franco; com a presença do Senador José Eduardo Vieira, representando o futuro Presidente da República, e outras tantas autoridades, está ocorrendo esse evento, e a abertura foi a partir das 9:00 horas da manhã. Então queria fazer esse reparo ao eminente colega Deputado Geraldo Cartário, que o Presidente da Associação não está presente aqui porque está tratando exatamente de assuntos da mais alta importância de todos os municípios do Estado do Paraná, inclusive discutindo assuntos da reforma tributária, da autonomia definitiva de todos os municípios, não somente paranaense, mas brasileiros. Estamos fazendo essa ressalva para que não passe uma imagem, pelas colocações do Deputado Geraldo Cartário, uma imagem negativa do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, porque os próprios Prefeitos que aqui se encontram são testemunhas de que ele com muita dignidade tem honrado o cargo que ocupa representando todos os municípios à frente da Associação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência informa ao Orador que já usou os 30 minutos que lhe cabe no Grande Expediente, e passa a falar no Horário das Lideranças.

O SR. DURVAL AMARAL - Pois bem, Senhores Deputados, vejam o Acórdão do Tribunal Superior:

"O ponto nodal para a solução das questões postas em juízo não é a área ocupada pelo referido lago nem o volume da água acumulada no território de cada um dos municípios, mas a operação jurídica..."

O que nós estamos fazendo aqui com essa lei que estamos querendo aprovar nesta tarde é dizer que a área alagada, que o volume de água passa a ser a Hipótese de Incidência Tributária, a matéria-prima. O Supremo já pronunciou sobre isso. Vejam só

como estamos fazendo chover no molhado. Tentando fazer uma legislação Estadual para reparar um erro na legislação Federal, na Lei Complementar e na Constituição.

E continua o Acórdão.

"...Mas a operação jurídica, ou seja, a operação mercantil, ou a saída econômica que caracteriza o momento em que a energia elétrica passa da propriedade da empresa geradora para as distribuidoras..." Ou seja, no momento em que sai energia elétrica de Itaipu, entra no sistema ELETROBRÁS, e é distribuído no Brasil, aí acontece a Hipótese de Incidência tributária ou, equivocadamente como diz o Código Tributário Nacional, o fato gerador.

"...Esse ato jurídico, praticado no Município de Foz do Iguaçu, configura o fato gerador do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica e corresponde ao valor acrescido a tributar e identificar a entidade credora..."

Isto está claro. Mas vamos seguindo em frente.

Com posições nesse processo do Supremo os maiores juristas nacionais, os maiores tributaristas nacionais se manifestaram: Geraldo Ataliba, meu mestre na PUC, Paulo de Barros Carvalho, enfim, foram consultados inúmeros juristas sobre a matéria.

Vamos ver o que fala Geraldo Ataliba: "A consistência material da Hipótese de Incidência é dada de forma bastante restritiva pelo próprio texto constitucional..."

No Durval vocês não precisam acreditar. Sou um Deputado simplesmente como cada um de vocês, mas aqui é Geraldo Ataliba que está falando sobre esse processo. Vejam o que ele diz! A Hipótese de Incidência Tributária ou um fato gerador, como querem alguns, tem alguns requisitos cravados literalmente na Constituição Federal.

Ele diz:

- a) prática (não por qualquer um),
- b) por comerciante, por industrial, por produtor,
- c) por operação jurídica (não qualquer uma). Aqui ele diz não qualquer uma, não um volume d'água. É a saída da mercadoria que nem preceitua o Código Tributário.
- d) mercantil (regida pelo Direito Comercial),
- e) que (cuja operação) importa, impede, causa, provoca e desencadeia uma ação, um crédito para o sujeito ativo.
- f) circulação (juridicamente entendida como modificação de titularidade, transferência de mão, relevante para o Direito Privado).
- g) de mercadoria (juridicamente entendida como objeto de mercância. E água não é mercadoria juridicamente entendida como objeto.

Vejam só. Não é o Deputado Durval Amaral, o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Elio, é o ilustre jurista Geraldo Ataliba.

O Sr. Valdir Rossoni - Solicito mais um aparte, Deputado.

(Assentimento)

Se é inconstitucional, por que é que está sendo distribuído esse dinheiro. Por que é que está indo só para os municípios sede de usina?

Então, mais uma informação para V.Exa. Temos a posição do governador transmitida pelos prefeitos, aprovada por esta Casa, será sancionada pelo governador, compromisso assumido pelo governador agora pela manhã junto aos prefeitos.

O SR. DURVAL AMARAL - O Deputado Valdir Rossoni me fez uma pergunta e eu tenho a obrigação de lhe responder.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo em aparte a V.Exa.

O SR. DURVAL AMARAL - Já concedo. A Constituição Federal diz, no Artigo 155: "Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir... tributos..." sobre isso, sobre isso, sobre aquilo e sobre aquilo outro.

No inciso X diz assim. "É imunidade tributária. Não incidirá tributo:

"b - sobre operações que destinem a outros Estados, petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica".

E aí? Aí veio o legislador complementar.

A Lei Complementar nº 63 diz o seguinte: "Mesmo não incidindo tributos sobre energia, se considera no valor adicionado para compor o índice do município de origem".

O Sr. Valdir Rossoni - O que eu gostaria de ter é a justificativa do porquê está sendo distribuído.

O SR. DURVAL AMARAL - Deputado Rossoni, só um segundo, porque eu tenho que dar aparte ao Deputado Dirceu. O valor adicionado corresponderá para cada município ao valor...

O Sr. Valdir Rossoni - Mas não responde à minha pergunta.

O SR. DURVAL AMARAL - ... ao valor das mercadorias saídas e acrescidas do valor da prestação dos serviços no território, deduzido o valor das mercadorias entradas em cada ano civil e aqui ele não diz que é para Foz do Iguaçu, mas a

lei tem que ser genérica.

Inciso II - "As operações imunes do imposto, conforme as alíneas a e b do inciso X (que é aquela imunidade constitucional) do § 2º do Artigo 155 (que eu me referi) e alínea d, do inciso 6º do artigo 150 da Constituição Federal.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Serei breve, Deputado, senão o tempo de Vossa Excelência será.....

O SR. DURVAL AMARAL - Pois não.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado Durval Amaral, Vossa Excelência brilhante advogado que é, mas eu só queria lembrar a Vossa Excelência, inclusive nós tivemos o apoio de Vossa Excelência aqui na Casa, quando estava ameaçado de fechar 22 indústrias aqui no Paraná que são indústrias de confecção de caminhonetes cabine dupla e eu apresentei um projeto de lei aqui na Casa que Vossa Excelência, também votou no projeto, se não me falha a memória e que tive inclusive, pressões de Brasília, do CONATRA...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa ao orador que o seu tempo está concluído e lhe dá mais um minuto para as conclusões.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Recebi pressões de Brasília, do CONATRA, para que eu retirasse o meu projeto, porque era inconstitucional e simplesmente, achei que estava cumprindo o dever como parlamentar, defendendo as empresas e o meu Estado, gerando empregos, gerando ICMS ao nosso Estado.

O projeto foi aprovado pelos Senhores Deputados, sancionado pelo Senhor Governador Roberto Requião, possibilitou o crescimento da confecção de caminhonetes cabines-duplas, aqui no Paraná e era inconstitucional.

Então isso é muito relativo. O que nós precisamos ver também, Deputado é o exemplo de Guaíra que perdeu a sua maior beleza da história e não foi recompensada até hoje.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhores Deputados, para concluir então. São diversos pontos aqui colocados e eu quero aqueles que respeitam o direito e eu sei que todos nós respeitamos, dizer o que diz a lei que instituiu o ICMS no Brasil, o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, tem como fato gerador a saída de mercadorias de estabelecimento comercial, industrial ou produtor. Quero dizer que para fins de direito, considera-se es-

tabelecimento comercial, no caso de usina hidrelétrica, onde ela está instalada e não o volume de água armazenado nos municípios lindeiros, no caso, Foz do Iguaçu.

Ao fazermos uma interpretação - extensiva por via de consequência, chegaríamos à conclusão óbvia que todos os municípios que estão sendo banhados por rios que vão compor na sequência o Lago de Itaipu, se esse projeto de lei fosse para reparar a injustiça, apesar da flagrante ilegalidade, teriam que ser atendidos, não somente aqueles que estão ali, limítrofes a Foz do Iguaçu ou ao lado de Itaipu. Quero dizer, como municipalista que sou, como defensor do Paraná que sou e acredito neste Estado forte, devemos lutar, isto sim, para que essa imunidade tributária, essa excepcionalidade que vem em detrimento do Estado do Paraná, em benefício do Estado de São Paulo, em benefício de Minas contido na Constituição Federal.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) - Gostaria de saber se ainda há tempo para falar no Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Horário já está encerrado com o Deputado Durval Amaral.

Na Liderança do Horário do PP concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

Declina.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar ao Líder do PP, meu partido, que me cedesse o Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estava inscrito o Deputado Dirceu Manfrinato e o mesmo declinou do seu horário.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) - Com o declínio do Deputado Dirceu Manfrinato solicito o Horário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Baseado em que, Presidente?

Vossa Excelência está respondendo a um inquérito conduzido pelo Deputado Anibal Khury e nele deverá se pronunciar.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - Gostaria de saber qual o artigo do Regimento que estou contrariando.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do PT concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, pela Ordem!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. coloque-se de pé conforme estabelece o Regimento para requerer a questão de ordem.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - Quero saber qual o artigo do Regimento Interno que estou contrariando ao solicitar o Horário do PP. Acho que o caso de estar respondendo um inquérito instaurado pela 1ª Secretaria não é impeditivo de que eu use a tribuna.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Como Líder da Bancada do Partido Progressista, o Deputado Dirceu Manfrinato já declinou do Horário e nós concordamos com V.Exa. que continue os trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Perfeitamente. Estamos atendendo ao Regimento, Deputado Ritti.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - (OK!) Está bem.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste Horário do Partido dos Trabalhadores, desejo tecer alguns comentários a respeito do Projeto de Lei que, logo a seguir, votaremos, e que se encontra na Ordem do Dia de hoje. É o que diz respeito ao reajuste dos servidores públicos do Estado do Paraná. Ao longo dos últimos anos da história do nosso país, não somente dos 4 últimos anos, mas, há muito mais tempo, os servidores públicos a nível nacional vêm sofrendo as consequências de posturas autoritárias de governantes. Sejam servidores da União, ao Estado ou dos Municípios - têm acumulado, ao longo do tempo, perdas salariais. Quando os governantes ditam planos econômicos ou pacotes, o servidor público nunca é atendido, nunca está contemplado nesses planos. Quando o Governo Federal dita regras de negociação, entre trabalhadores e patrões, os representantes do Estado, da União e dos Municípios, com raras exceções, têm negociado com os servidores públicos.

Isso faz com que, hoje, em nosso País, os servidores públicos tenham os menores salários no mercado interno. São servidores muito mal pagos, sendo que mais de 50%, percebem menos que dois salários mínimos em qualquer nível do governo. Isto se tornou tão caótico que servidores da Universidade Estadual de Londrina chegaram a constituir o Fórum de Combate à Fome e à Miséria pela Cidadania para solidarizarem-se entre si, ou seja, os que percebem melhores salários contribuíam com alimentos para aqueles que percebem baixos salários. E nenhum desses níveis, volto a reafirmar,

com raras exceções existe negociação ou se respeita a data base. Isto o servidor público não ouve falar.

Ao longo desses últimos quatro anos que aqui estamos, sistematicamente chegou neste Parlamento reajustes diferenciados e todos eles aprovados como aqui chegaram, sem sofrer emendas. Isto é necessário ter dito. Se analisado naquele momento como inconstitucional e analisam este atual como também inconstitucional, porque os anteriores aprovados e o atual fica se debatendo quanto a sua constitucionalidade? Sabemos que os reajustes diferenciados anteriores a esse de agora não atendem as necessidades dos servidores públicos nem aqueles que têm reajuste maior pelo pico nem aqueles que ficam com o piso. A única coisa que acontece com esse atual reajuste, corrige algumas distorções, mas mantém outras distorções que devem ser corrigidas. Sabemos que um reajuste de 14% para todo mundo, todos os servidores, é um reajuste miserável. Se elevado a 16% continua sendo miserável porque 2% a mais sobre nada é nada, ou seja, ninguém percebe, ninguém resolve seu problema salarial.

Queremos dizer que o reajuste que se encontra aqui não resolve o problema dos servidores, porque o problema do servidor passa por outro tipo de resolução, passa por algumas discussões sobre o Estatuto que é quase mais velho do que eu, passa pela revisão de um plano de cargos e salários, ou a existência de um plano decente, porque o que tem hoje não contempla as necessidades, passa por definições de pisos salariais, passa por definição de política salarial. Portanto, é muito mais amplo do que este debate aqui hoje e esperamos que os servidores, o que eles desejam, que eles obtenham no próximo governo esse tipo de negociação. Sei que a vontade da Bancada do PDT aqui presente ou de sustentação do próximo Governo acena com esta bandeira, mas eu como servidor do município de Curitiba já fui vítima do próximo governante no qual um médico com 14 anos de salário percebe 400 reais por mês, que é o caso de onde eu estou classificado como médico hoje na Prefeitura de Curitiba.

Então, o que queremos dizer a Bancada do PT votará, por entender que entre os males o menor, votaremos com a mensagem do jeito que ela veio. E queremos dizer que se hoje se faz o debate de um reajuste linear, eu pergunto: daqui para a frente existirão reajustes diferenciados ou serão todos lineares? É esta uma resposta que tem que ser dada, porque se dão tratamento hoje com uma alegação, esquecem que no passado o tratamento foi diferenciado e vai se esquecer o presente, o futuro, como vamos agir no futuro. É esta a questão que se levanta. Acho que hoje não aten-

de as necessidades, mas passar de 14 para 16% não resolve o problema de ninguém e em 16% piora o problema de alguns servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PDT com a palavra.

(Declina)

Liderança do PSDB com a palavra.

(Declina)

Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores visitantes.

Estamos a menos de 48:00 horas do encerramento da Sessão Legislativa, do ano legislativo de 94, e temos algumas dezenas de matérias para serem analisadas, discutidas por nós Parlamentares, e ao final votadas a favor ou contra de acordo com a consciência de cada um dos que compõem este Plenário.

Uma dessas matérias se refere a uma Mensagem do Governador Mário Pereira que visa conceder ao funcionalismo do Estado o reajuste linear de 14%, mais a correção de várias tabelas de várias categorias funcionais que historicamente foram perdendo enquanto servidores; e que agora, ao final do Governo Mário Pereira, ao final da Sessão Legislativa vem a Casa para ela se pronunciar a respeito.

Alguns poderiam afirmar que trata-se de matéria ao apagar das luzes, e porque que não fizemos isto há mais tempo. A grande verdade, que todos os Deputados sabem, é que o Governo Mário Pereira desde que assumiu o seu curto período de Governo não fez outra coisa senão procurar promover no seio do funcionalismo, de acordo com as disponibilidades de caixa e de acordo com o que determina a Constituição, estudos que pudessem ao final do seu mandato serem encaminhados a esta Casa e traduzidos em lei pela vontade da maioria do povo aqui representado. E com isto, deixar ao Paraná e ao futuro Governo, um quadro de servidores, se não com as condições ideais, pelo menos com condições mínimas para que esses servidores possam continuar dando tudo o que vem dando de si ao Paraná e à sociedade paranaense.

Essa Mensagem de aumento diferenciado, não é produto de emocionalismo, não nasceu da noite para o dia, é o resultado de estudos demorados, de discussões exaustivas por técnicos do Governo das diferentes áreas do Governo, dentre as quais eu destacaria a Secretaria de Planejamento e a Secretaria da Fazenda. Por que essas três Secretarias? Porque uma cuida da questão eminente técnica de política de pessoal, que é a Administração; as outras cuidam de

questões que se completam, como por exemplo a questão orçamentária e a questão primordial, que é a questão financeira. Depois desses estudos a Mensagem veio à Casa, e ela está aqui há dias.

Nos reunimos com segmentos, os mais variados do funcionalismo do nosso Estado, conseguimos chegar ao texto que hoje vamos apreciar em 2.^a Discussão.

Repito não é o ideal, não é o que o resto do funcionalismo merece muito mais, e digo isso sem nenhuma demagogia. Mas é o possível, é o que o Governador, responsavelmente, como chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, até o dia 1.^o de janeiro, pode conceder do alto da responsabilidade de seu cargo, 14% linear e a correção das tabelas.

Significativos avanços, sem dúvida alguma, porque praticamente o que poderíamos chamar de cérebro da administração pública, a cabeça pensante da máquina estatal, estará tendo corrigido os seus salários, as suas funções, as suas tabelas, numa demonstração de reconhecimento do Governo para com estes 53.000 servidores.

Portanto venho à Tribuna em nome do Governador Mário Pereira, fazer um apelo final a esta Casa para que aprove a mensagem governamental, a Mensagem aditiva que concede 14% de aumento linear, dentro das disponibilidades de Caixa, obedecendo rigorosamente o preceito constitucional de 65%, e a correção dessas tabelas.

Caso a Mensagem do Governo não seja aprovada, quero deixar bem claro, 53.000 dos nossos servidores, dentre os quais os nossos dedicados técnicos do DER, dentre os quais os nossos dedicados técnicos do ISEPE, dentre os quais os nossos técnicos da Polícia Civil, dentre os quais os nossos tenentes, os nossos capitães da nossa gloriosa Polícia Militar, ficarão de fora e não serão contemplados, não receberão o tratamento de justiça, por parte dessa Casa.

Por outro lado, o aumento linear de 16% excluiria estes 53.000 servidores, que trabalham, que labutam no dia a dia para prestar um serviço de qualidade à nossa população!

A Liderança do Governo vem fazer um apelo aos Senhores Deputados, que decidam individualmente, de acordo com suas consciências, mas que tenham, claramente, a questão colocada de duas maneiras, de um lado a nossa proposta que vai fazer justiça com todo o conjunto do funcionalismo de nosso Estado, em especial com 53.000 técnicos a que me referi. E, por outro lado a proposta linear de 16%, que irá, se aprovada, excluir estes 53.000 técnicos deste importante benefício, que o Governador Mário Pereira, desde seu primeiro dia de Governo procurou atribuir a estes companhei-

ros, a estes parceiros do Governo Mário Pereira, e que passarão a ser parceiros do Governador Jaime Lerner.

Portanto, fica aqui este apelo, para que nos ajudem votando com o Governador Mário Pereira, com a Emenda Aditiva, e com isto fazendo justiça para o conjunto do funcionalismo do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Solicito a atenção dos Srs. Deputados porque temos diversos requerimentos pedindo preferência de Discussão e Votação para matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero requerer a V. Exa. que o Projeto de Lei nº 370/94, que trata do IPVA, teve uma Emenda Modificativa aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. E esta Emenda não está figurando no Projeto.

Acredito que teve até algum engano, porque ao passo que sumiu esta Emenda, apareceu outra no Projeto de Lei nº 389/94.

Então se V. Exa. pudesse dar uma olhadinha, porque acho que houve uma troca aí indevida de emendas, até para que as Mensagens viessem corretamente, para que possamos votá-las de uma forma pacífica.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência, é informada pela Assessoria que, alertada por V. Exa., já tomou as providências para sanar as falhas porventura identificadas.

Requerimento de autoria do Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 390/94. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a liderança do Governo está vivendo neste momento uma situação bastante delicada, porque de um lado temos uma proposta que visa manter a distribuição do ICMS do jeito que ela vem ocorrendo, de outro, uma que visa redistribuir essa mesma receita com mais outros municípios nas proximidades do lago de Itaipu. Temos apelos dos dois lados, tanto de Deputados que defendem uma como outra proposta.

O Governador Mário Pereira não tem, ainda, uma posição definida com relação a veto ou não veto. A posição do Governador

que acabou de me passar por telefone, é de que, se o Projeto for inconstitucional, que é o nosso entendimento, sem entrarmos no mérito da matéria, ele vai se cingir à questão da legalidade pura e simplesmente.

Nessas condições quero liberar a bancada do Governo para se posicionar, porque como disse, temos Deputados que pedem por um lado e Deputados que pedem por outro lado. E evidentemente que o Governo não tem interesse pessoal nessa questão. O que o Governo gostaria, e que esta Casa também gostaria é que esta receita proveniente do ICMS através da geração de energia fosse distribuído para o conjunto dos municípios do Paraná.

Lamentavelmente isso não aconteceu, não por culpa dessa Casa...

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tomo a liberdade de solicitar, para haver critérios na Questão de Ordem, porque o que se está discutindo é um requerimento do Sr. Deputado Cezar Silvestri, e não encaminhamento de votação do Projeto nº 390.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Informo ao Deputado Colombino Grassano que colocamos o requerimento em votação e o Deputado José Tavares inscreveu-se para encaminhar a votação do requerimento.

Não está em Questão de Ordem, está em Encaminhamento de Votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, feito esse esclarecimento ao Deputado Colombino Grassano, me deixa mais tranqüilo, porque estou rigorosamente dentro do Regimento.

Quero concluir dizendo o seguinte, que o ideal seria, e sei que essa Casa gostaria que esse ICMS fosse distribuído igualmente para todos os municípios do Paraná. Mas essa questão o Paraná perdeu para São Paulo, como já perdeu outras questões na Assembléia Constituinte quando eu era constituinte nacional e votei contra São Paulo e a favor do Paraná, e fui um dos votos vencidos. Infelizmente o que predomina é o que está na Constituição Federal, muito bem colocado pelo Deputado Durval Amaral.

O que estamos querendo aqui é redistribuir uma divisão que já foi suficientemente discutida e decidida a favor de Foz do Iguaçu; como Líder do Governo, não estou aqui me posicionando a favor dessa ou daquela proposta, porque o Governo não tem posição a respeito dessa matéria, estou liberando a minha Bancada para, a partir da votação deste requerimento, se posicionar do jeito que suas consciências assim determinarem.

Era esse o encaminhamento que gostaria de fazer a respeito desta matéria que vai ser colocada logo em seguida depois do requerimento em discussão e votação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Senhores Deputados que forem favoráveis a preferência de votação, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 02 de autoria do Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação aos Projetos de Leis, 382, 389, 397, 398, 399, 401, 402, 404, 405 e 400.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, sobre o Projeto de Lei nº 389/94, há um requerimento de minha autoria sobre a mesa, solicitando a retirada dele por dez Sessões, e gostaria que o Sr. informasse.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento em que o Projeto for à votação, colocaremos o requerimento de V. Exa. à apreciação do Plenário.

O SR. JOSÉ TAVARES - Apenas para esclarecimento qual é o item que o Deputado Ritti gostaria de retirar da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 389 item nº 09.

Estamos votando apenas a preferência de votação e no momento oportuno submeteremos o requerimento à votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Consulto V. Exa., deve ter um requerimento de nossa autoria pedindo preferência de votação para dois Projetos, um que trata, que já passou ontem em 1.ª discussão, que trata da criação de oito cargos de Desembargador, e o outro que diz respeito ao repasse de ajuda financeira aos Municípios. Seria o item 45 e o item 03.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento de V. Exa. será apreciado logo em seguida.

O SR. JOSÉ TAVARES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento de preferência de votação para os Projetos anunciados. **Aprovado.**

O SR. DEPUTADO NILTON BARBOSA (Pela Ordem) Vou chegar às mãos de V. Exa., o requerimento para preferência de votação, o item 47, Projeto de Resolução nº 53/94, vou encaminhar para V. Exa., o requerimento pedindo preferência de votação, também para o Projeto de Resolução nº 53/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encaminhe que apreciaremos.

Requerimento de autoria do Deputado José Tavares com apoio dos Srs. Deputado Anibal Khury e Orlando Pessuti, constante do expediente solicitando preferência de votação, Projeto 430/94, item 45, e 294 item nº 03. Está em votação. **Aprovado.**

Requerimento do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao projeto 372/94. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando, preferência de votação ao Projeto nº 352/94. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 053/94. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Atendendo às preferências de votação.

ITEM 10

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/94, de autoria dos Deputados Elío Lino Rusch e outros, que acresce e altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.933/89 (Lei do ICMS). SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Por entender ser um projeto extremamente inconstitucional e não concordar com este sistema de divisão de ICMS querendo corrigir uma injustiça cometendo uma injustiça ainda maior, ainda mais que recebemos na mesa um quadro demonstrativo dos maiores municípios indigentes dos lindes aqui no Estado do Paraná na questão da Usina de Itaipu, estranha-me muito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que neste quadro demonstre claramente a falsidade dessa informação. Estranha-me muito que não esteja nesse quadro o município de Itaipulândia que, com esta votação, terá no Paraná o maior índice de renda "per capita" mensal, talvez do Brasil, com setenta e sete reais mês de renda "per capita" para uma população de quatro mil e poucos habitantes.

Isto daria para o município pagar um salário mínimo por cada habitante durante o resto da sua vida sem que ninguém trabalhasse.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, voto contrariamente com determinação e consciência tranquila. Não podemos corrigir uma injustiça cometendo uma maior. Defendo os municípios do Paraná que estão sendo roubados com a questão do

ICMS, estão sendo espoliados, porque este dinheiro que é carreado de ITAIPU para Foz do Iguaçu e para outros municípios, é um dinheiro que está sendo subtraído do ICMS do feijão que é plantado em Pitanga, São Mateus do Sul e também em qualquer outro município deste Estado. Sou solidário ao brilhante pronunciamento do Deputado Durval Amaral. Portanto, tem que haver coerência, tem que haver a consciência tranqüila sim, acima de outros interesses. A votação nesta Casa prevalece pela coerência e voto abertamente contra esse projeto, em nome de 356 municípios do Estado do Paraná que não se fazem presentes lamentavelmente, na tarde de hoje, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Plenário que o Regimento Interno estabelece que a declaração de voto, quando assim desejada pelo Deputado, será encaminhada à Mesa por escrito. No entanto, a Mesa sempre foi tolerante, permitindo aos Senhores Deputados que se manifestem de onde estão. Então, solicito que aqueles que forem se manifestar na questão de justificar seu voto, o façam com brevidade, para que possamos dar sequência à nossa sessão, pois temos quarenta e tantos projetos a serem apreciados hoje, e uma Sessão Extraordinária, logo a seguir.

Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Só para registrar. O respeito ao direito e em consideração a todos os demais municípios do Estado do Paraná que pelas mesmas razões que os municípios limítrofes estarão recebendo esses recursos, também teriam direito a receber apesar da flagrante irregularidade, sou contra esse projeto.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Da mesma forma, solicito que se determine registre em Ata o meu voto contrário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Vossa Excelência já comunicou a todos que declaração de voto deve ser feita por cada um de nós por escrito, dirigido à Mesa, mas já que Vossa Excelência concede exceção aos integrantes da Bancada do Governo, gostaria também de pedir a Vossa Excelência, me permita rapidamente também declarar o meu voto favorável que foi ao projeto do Deputado Élio Rusch e não só ele, dos demais Deputados que o subscreveram.

Por quê? Porque esta Casa está manifestando que não desconhece os dispositivos constitucionais e os aspectos constitucionais que impediriam essa votação, mas é uma manifestação política para dizer que

não concordamos que sejam concentrados em uma só cidade, resultado da maior usina do mundo, não só o fato de ser distribuída aos municípios que a servem, como depositárias das águas para gerar a energia, sem as quais não haveria a usina, Senhor Presidente.

Estamos aqui dizendo que discordamos da legislação federal, que São Paulo iluminou a Bancada do Paraná e a todas as demais que tinham interesse. A luta nossa deve ser em Brasília, juntamente com a nossa Bancada, para que reconquiste o nosso direito agora.

Futuramente, quando se fizer...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito concluir o encaminhamento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado, Senhor Presidente.

ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 145/94, que ficam reajustados os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela consolidação das leis do trabalho, da administração direta e autarquias do Poder Executivo, vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 14% (quatorze por cento), na forma do anexo conforme específica. Emenda Substitutiva do Poder Executivo através da Mensagem nº 159/94. COM PARECER DA C.C.J., APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 09 (nove) de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 382/94

Inclua-se onde couber.

Art. 1º - Para efeito do cálculo do limitador de que trata o art. 1º da Lei nº 10.331 de 09 de julho de 1993, será considerada remuneração do servidor, o vencimento básico e demais vantagens percentuais a qualquer título, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

RENATO ADUR

TOTI COLAÇO

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

SEVERINO FÉLIX

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Inclua-se onde couber.

Art. 1º - Fica revigorado o inciso III

e os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 140 da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

§ 1º - Os beneficiários deste artigo, se detentores do cargo de direção e assessoramento especial - DAS somente poderão aproveitá-lo, se detentores de curso de nível superior impreterivelmente.

§ 2º - Fica revogado o parágrafo único do art. 16 da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(aa) RENATO ADUR

DOMINGOS CARVALHO

SEVERINO FÉLIX

TOTI COLAÇO

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Inclua-se onde couber.

Art. 1º - A base de cálculo para a dedução de pensão alimentícia e as parcelas relativas a pagamento de casa própria junto ao sistema financeiro de habitação, será a remuneração referida no art. 1º da Lei nº 10.331 de 09 de julho de 1993.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(aa) RENATO ADUR

DOMINGOS CARVALHO

TOTI COLAÇO

SEVERINO FÉLIX

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Inclua-se onde couber.

Art. 1º - Fica reconhecida a efetividade dos servidores do Instituto de Saúde do Paraná ocupantes até a data de 05 de outubro de 1988, os cargos de simbologia DCA (Direção Chefia e Assessoramento).

Art. 2º - As exonerações havidas de 05 de outubro de 1988 até a edição desta lei, serão consideradas nulas, àqueles servidores contratados anteriormente à promulgação da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(aa) JÚLIO BIFON

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

DOMINGOS CARVALHO

RENATO ADUR

SEVERINO FÉLIX

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Inclua-se onde couber.

Art. 1º - Os funcionários constantes dos quadros do Estado até 1989, não abrangidos pela Lei nº 9.422/90, agora amparados pela Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970 e 10.219 de 21 de dezembro de 1992, ficam nela enquadrados.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

RENATO ADUR

SEVERINO FÉLIX

TOTI COLAÇO

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A pretensão inserida na Emenda em questão objetiva regularizar em definitivo a situação funcional de servidores lotados no Instituto de Saúde do Paraná, os quais, contratados sob a égide do regime celetista, para cargos de confiança, tiveram desvirtuada a natureza contratual de seu vínculo.

Tais cargos eram efetivados mediante contrato de trabalho com recolhimento de haveres trabalhistas (FGTS e Previdência), com registro em carteira e, inclusive, gerando direito a quinquênios, porém, exonerados "ad nutum" ao alvedrio da Administração.

Necessitam, portanto, de eminente regularização, tendo em vista o direito dos seus ocupantes a ver reconhecido a vinculação efetiva.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Inclua-se no artigo 3º, o seguinte parágrafo.

Art. 3º - ...

"§ 3º - Ficam excluídos, a partir de 1º de janeiro de 1995, do cálculo limitador de que trata o parágrafo anterior, os adicionais decorrentes de tempo de serviço legalmente incorporados ao patrimônio do servidor."

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamto: José Tavares, Severino Félix, Toti Colaço, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A ressalva contida, atende a garantia expressa no art. 39, § 1º, da Carta Magna Federal, recepcionada pelo art. 33, § 2º, da Constituição Estadual, cuja interpretação já foi desvendada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 14-4 DF.

Além do mais, visa descongestionar o Poder Judiciário de centenas de ações, reivindicando nesse sentido.

A presente emenda objetiva a inclusão funcional dos detentores do cargo de advogado do Quadro Geral do Estado, na Carreira Especial de Advogados do Poder Executivo, Lei nº 9.422/90, tendo em vista que:

1 - à época da promulgação das Constituições Federal e Estadual os mesmos já eram detentores do cargo de advogado;

2 - foram legitimamente contratados, ainda sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, como advogados do Poder Executivo, e;

3 - com o advento da Lei nº 10.219/92,

tais servidores tiveram seus empregos transformados em cargos públicos, enquadrados que foram na Lei nº 6.174/70.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Inclua-se, onde couber, o aditamento do seguinte artigo:

"Artigo - Aplicar-se-á aos advogados do Quadro Geral do Estado, não integrantes da carreira especial de advogado do Poder Executivo, os efeitos do artigo 4º, da Lei nº 10.331, de 09.06.93, com remuneração equivalente ao advogado de quinta classe."

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Severino Félix, Djalma de Almeida César e José Tavares.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Inclua-se, onde couber, o aditamento do seguinte artigo:

"Artigo - Aos servidores estaduais que na data da publicação da presente lei, estejam no efetivo exercício da função em cargos de provimento em comissão, há pelo menos 1 (um) ano, ou aos que tenham exercido as funções em pelo menos 3 (três) anos, ficam estabelecidos os direitos constantes do inciso III e dos §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 140, da Lei nº 6.174, de

TITULAÇÃO

	INSUFICIENTE	REGULAR
DOUTOR	0	20
MESTRE	0	10
ESPECIALISTA	0	7,5
GRADUADO	0	6,25

§ 2º - Aos demais servidores, enquadrados nas classes "A" a "H" do Quadro Geral do Estado ligados infraestruturalmente com as atividades de Ciência, Pesquisa e Geração de Tecnologia, citadas no "caput" deste artigo, concede-se a gratificação nos seguintes percentuais:

I - Aos servidores enquadrados nas Classes "A" a "F", 10% (dez por cento);

II - Aos servidores enquadrados nas Classes "G" e "H", 30% (trinta por cento)."

Sala das Sessões, em 14.12.94

(a) DURVAL AMARAL

Apoio: Arlindo Troian, Duílio Genari, Nilton Barbosa, Geraldo Cartário, Severino Félix.

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários da Coordenadoria de Orçamento e Programação - COP da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral continuam recebendo salários muito aquém dos compatíveis com o grau de

16.11.70."

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Severino Félix, Durval Amaral, Djalma de Almeida César, José Tavares e 1 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 09

"Art. 12º - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores lotados na Coordenadoria de Orçamento e Programação - COP/SEPL, Gratificação de Responsabilidade Orçamentária, correspondente a 80% (oitenta por cento) sobre o vencimento básico do servidor e aos servidores que se ocupem de atividades de Ciências, Pesquisas e Geração de Tecnologia, planejando, elaborando, implementando ou apoiando a execução de projetos ou estudos, visando o desenvolvimento do Estado, uma gratificação de Incentivo à Pesquisa aos profissionais de nível superior, a qual incidirá sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º - A concessão da Gratificação de Incentivo à Pesquisa referida no "caput" deste artigo obedecerá os critérios de mérito e titulação, com base nos seguintes percentuais:

I - Aos servidores enquadrados nas classes I - III, I - II e I - I do Quadro Geral do Estado:

MÉRITO

	BOM	OTIMO	EXCELENTE
	30	40	50
	20	30	40
	15	22,5	30
	12,5	18,75	25

responsabilidade das suas funções. O próprio Governo Federal já instituiu uma gratificação aos funcionários da área de orçamento, por reconhecer o grau de importância, complexidade, carga de trabalho, bem como, os baixos salários recebidos por esses grupos (Folha de São Paulo de 03/12/94, pág. 1-5). Assim sendo, seria de vital importância o reconhecimento também por parte do Estado, com a criação de uma Gratificação de Responsabilidade Orçamentária aos funcionários desta Coordenadoria. Esta gratificação, além de estancar o processo de esvaziamento do quadro, evitará a sobrecarga para os que ficam, inclusive com trabalhos extraordinários não reconhecidos. É importante ressaltar que mesmo com o quadro de funcionários reduzido a Coordenadoria de Orçamento e Programação tem respeitado rigorosamente o calendário constitucional.

A Coordenadoria de Orçamento e Programação obedece a uma carga de trabalho até

mesmo em datas em que outras áreas governamentais já estejam parando suas atividades, como é o caso da véspera de Natal e Ano Novo. Neste período esta equipe trabalha além do expediente normal, com a finalidade de encerrar o exercício orçamentário e abrir o exercício seguinte.

No início do ano, além das atividades normais, esta Coordenadoria realiza o planejamento para a proposta orçamentária do próximo exercício, com a elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o seu acompanhamento em todas as fases do processo legislativo, bem como a elaboração do relatório de Execução Físico-Financeira relativo ao exercício anterior.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Coordenadoria inicia o processo que permitirá a elaboração das propostas orçamentárias setoriais. Com a compatibilização das propostas às prioridades da ação governamental e à estimativa financeira do Tesouro Estadual, a Coordenadoria elabora o Anteprojeto de Lei Orça-

mentária Anual e o seu acompanhamento na Casa Legislativa. Neste Anteprojeto, em função de exigência constitucional, é apresentado a programação de obras regionalizadas e individualizadas, que exige um esforço técnico muito grande por parte desta equipe.

Durante o exercício a Coordenadoria procede sistematicamente as correções nos orçamentos, visando trazê-los ao valor presente.

Existe o processo de elaboração das programações financeiras, estabelecendo os limites de capacidade de empenho para cada órgão da administração pública, através da hierarquização das prioridades diante dos recursos do tesouro disponíveis, ou as reprogramações para complementações de recursos não previstos. A prática da programação financeira consolida o processo programático do Estado, mas exige dos técnicos da Coordenadoria a presteza e eficiência no fornecimento das informações, tendo em vista o caráter de urgência e segurança com que os fatos devem ocorrer.

QUADRO DE PESSOAL DA COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	NÍVEL	SALÁRIO (Em R\$)
BELMIRO FERREIRA	Aux. Administrativo	EL	202.46
WILSON JOSÉ CORDEIRO	Aux. Administrativo	EL	202.46
LIDIA NASAREZ	Assist. Administrativo	GE	224.64
JANETE G. T. RAZERA	Assist. Administrativo	GL	262.79
RONALDO GOMES	Téc. Administrativo	HN	352.45
ANTÔNIO C. DE ANDRADE	Administrador	JA	417.62
CILOS R. VARGAS	Economista	JA	417.62
CLAUDIONOR BENEDETTI	Economista	JA	417.62
EDUARDO D. DA SILVA	Administrador	JA	417.62
PAULO E. CONRADT	Economista	JA	417.62
SEBASTIANA N. SANTOS	Téc. em Finanças	JD	451.73
JOÃO OTÁVIO F. B. DE SÁ	Téc. em Planejamento	JE	488.59
JOSEMERY P. P. O. ALMEIDA	Téc. em Planejamento	KF	586.39
JOSÉ A. WOINAROVICZ	Téc. em Finanças	KM	685.99
ELIZABETH C. DE AZEVEDO	Téc. em Finanças	LF	676.68
TÂNIA M. G. PEGORARO	Téc. em Planejamento	LF	676.68
SUELI R. ESMANIOTO	Téc. em Finanças	LG	703.75
ZEILA M. C. DA SILVA	Téc. em Finanças	LG	703.75
JOSÉ B. BREDÁ	Téc. em Finanças	LL	761.17
JORGE S. KUWABARA	Administrador	LN	823.29
OTAVIANO F. FERRAZ	Téc. em Finanças	LN	823.29
JÚLIA O. DA SILVA	Desenhista/Projetista	VH (30 h)	234.98

TEMPORÁRIOS

EDISON L. BELLOTO	Contador	JA	417.62
JORGE TAKEDA	Téc. em Planejamento	JA	417.62
MÁRCIO A. HEIMOSKI	Contador	JA	417.62
VERA L. L. OLIVEIRA CALIL	Contador	JA	417.62

MÉDIA = 485.37

Em todo o processo de execução orçamentária são necessárias alterações no orçamento, através de Portarias, Resoluções e da proposição de Decretos e de Anteprojeto de Lei, bem como o assessoramento técnico a todos órgãos da administração pública estadual e a emissão de pareceres técnicos a todos os processos que transitam na referida Coordenadoria.

Estes são os principais, mas não todos os trabalhos desenvolvidos por uma equipe pequena que devido a demanda de trabalho, não consegue participar de treinamento e aperfeiçoamento em sua área de atuação.

Na Coordenadoria de Orçamento e Programação do Estado é difícil manter os técnicos que ali ingressam, em virtude da excessiva carga de trabalho e a reduzida contrapartida financeira. A desmotivação é grande.

Para suprir a falta de técnicos de nível superior, foi desenvolvido rigoroso treinamento do pessoal de nível médio, que com supervisão passou a cobrir esta lacuna. Assim sendo, a responsabilidade é muito grande pela contrapartida de salários deste pessoal de nível médio e superior. A gratificação para os funcionários da Coordenadoria de Orçamento e Programação amenizaria um problema já considerado de subsistência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério se dispõe a realizar, como sempre tem feito, uma reunião extraordinária da CCJ para apreciação dessas emendas e conseqüentemente a apreciação desse projeto em sessões extraordinárias que realizaremos amanhã no período da manhã.

Tendo em vista isso, a Mesa recebe as emendas e remete o projeto à CCJ para que as emendas sejam analisadas e informa que realizará, amanhã, às 10 horas, uma primeira Sessão Extraordinária e a partir daí tantas quantas necessárias forem, para que nós possamos apreciar todos os projetos e todas as emendas.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Peço a Vossa Excelência que forneça aos integrantes da CCJ uma cópia das emendas para podermos analisar as emendas para discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Gostaria de apelar ao Presidente da CCJ, Deputado Erondy Silvério, que fosse possível reunir a CCJ ainda hoje e fazermos as Sessões Extraordinárias nesta data, caso sejam necessárias.

Faço este apelo ao Presidente da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - São

nove emendas, Deputado Rosinha. Vamos providenciar as cópias às Lideranças. E amanhã, às nove horas, a CCJ se reúne e às 10 horas faremos a segunda votação desse projeto. Como teremos que encerrar a discussão da matéria, temos Deputados inscritos para discutir a matéria ainda no dia de hoje, mas o projeto virá à votação apenas amanhã, na Sessão Extraordinária das dez horas.

Com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Solicito minha inscrição.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Raramente nesses últimos 4 anos utilizei da tribuna desta Casa para me pronunciar a respeito de projetos ou mensagens governamentais nesta Casa. Exerci a Liderança do Governo durante bom tempo e procuramos, ao longo desse tempo, nos utilizar do argumento de negociação, do entrosamento e do diálogo, buscando atender o que era melhor para o Paraná, o que era melhor para o consenso desta Casa, e hoje me sinto na obrigação de fazer um pronunciamento tendo em vista notícias nos jornais que temos lido nos últimos dias, dizendo que esta mensagem do Governador Mário Pereira, é uma mensagem de última hora, uma mensagem no apagar das luzes e que um governo que teve 8 anos para corrigir a injustiça na questão do funcionalismo público, só o faz a 20 dias do término deste governo.

Me sinto na obrigação de testemunhar, neste ato, que quando ainda era Líder do Governo, em 2 de abril deste ano de 94, quando o atual Governador Mário Pereira assumiu o Palácio Iguazu, o primeiro ato desse Governador foi determinar a criação de uma Comissão para estudar a questão dessa elaboração desse quadro que hoje temos sob apreciação nesta Casa.

Muito me estranha, Senhores Deputados, nós vermos essas notícias nos jornais. Entendemos que o novo governo que vem, que ganhou as eleições, tem todo direito de melhorar a questão do funcionalismo público e querer ter o mérito do trabalho.

Nós entendemos e compreendemos perfeitamente esta situação, mas não podemos neste momento, numa quebra de braços, numa disputa de forças, vermos prejudicado todo um trabalho que levou mais de seis meses para ser elaborado, sem politicagem, sem interesse nenhum de querer prejudicar o governo de quem quer que seja, porque quando foi elaborado, foi determinada a formação dessa Comissão. Não tínhamos no Governo do Paraná, delineado, definido quem seria o próximo Governador eleito. No mês de abril não se sabia quem seria o Go-

vernador do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 95. Em maio nós não sabíamos, em abril nós não sabíamos, em junho, julho, agosto, setembro, nós não sabíamos. E essa equipe fez um trabalho elogiável, um trabalho procurando resgatar uma dívida que nós admitimos que ela existia com o funcionalismo.

Inúmeras vezes defendemos esta tese junto ao ex-Governador do Paraná, Roberto Requião. Inúmeras vezes defendemos que havia necessidade de se valorizar o quadro técnico do Estado do Paraná, porque a inteligência do Estado é quem gere esta cultura de anos de um trabalho de formação não pode ser deixado relegado a segundo plano.

Portanto, aplaudimos desde o primeiro momento, Senhor Presidente, a iniciativa do Governador Mário Pereira. Vimos um trabalho que no mês de novembro foi encaminhado a esta Casa, após inúmeras discussões com os mais diversos segmentos da sociedade, mais diversos segmentos do próprio quadro do funcionalismo do Estado. Mesmo após ter vindo para esta Casa, a Secretaria da Administração e o Governo do Estado ficaram abertos ao diálogo com todos os segmentos.

Não há justiça plena, nós entendemos. Não está sendo aqui corrigido todo o problema que existe do Estado do Paraná, dentro do quadro do funcionalismo, mas está sendo atendido um grupo de trabalho que foi elaborado pelo Governo do Estado, porque num trabalho desses que foi desenvolvido e nós temos aqui dezenas e dezenas de documentos das mais diversas entidades que congregam as categorias no Estado do Paraná, quase que a totalidade dando amplo apoio à medida do Governador Mário Pereira.

Não queremos aqui dizer que o Governador Mário Pereira é o pai da criança, ou cabe a ele ou esse Governo o mérito. Queremos aqui, admitindo que houve alguma injustiça, querer corrigi-la.

Agora, não queremos corrigir uma injustiça cometendo, como disse há pouco, uma maior. O Governo do Paraná não está cometendo o arbítrio de onerar a folha de pagamento acima do limite constitucional. Nós vemos que dentro deste quadro todo que se onera dentro do quadro de pagamento do funcionalismo, vai dar em torno quase, próximo de 19%. A medida proposta pelo grupo de apoio ao novo Governo, de 16%, difere apenas e tão somente em quase 3%, não chega a 3%. Isto não vai afetar os cofres do Estado do Paraná, mas vai contentar o grupo, o grande grupo de pessoas formadas com nível superior, de técnicos que trabalham em toda a elaboração dos projetos deste Estado. Foram estes técnicos que elaboraram o Orçamento que nós

aprovamos há pouco nesta Casa e que será executado no próximo ano pelo Governo do Estado do Paraná, pelo próximo Governo.

Queria aqui, neste momento, fazer um apelo ao nobre Líder do PDT, ao futuro Governador Jaime Lerner. Queremos o bem do Paraná, torcemos pelo progresso deste Estado, por uma administração sadia também do próximo Governo que se faça do Paraná cada vez mais grandioso este Estado. Agora não vamos querer prejudicar um trabalho elaborado por mais de sete meses pelo Governador Mário Pereira, por uma equipe de técnicos que desenvolveram este projeto.

Meus senhores e minhas senhoras, nós queremos mais. O Governador Mário Pereira tomou todo o cuidado necessário para fazer uma transição para o próximo Governo da maneira mais tranqüila possível, procurou de todas as maneiras, em todas as Secretarias, em todos os órgãos do Governo ter um equilíbrio, evitando super gastos, evitando a extrapolação na questão de liberação de verbas, fazendo um trabalho com seriedade para entregar um Governo em condições de governabilidade ao próximo Governador que aqui vem. E não será 2% do orçamento que vai quebrar o Estado do Paraná, não será 2% do orçamento que vai significar uma grande destruição de todo o trabalho futuro do Estado do Paraná; mas será esses 2% que vai motivar o funcionalismo do Estado, o corpo técnico do Estado do Paraná a contribuir com o próximo Governo, a ajudar este Paraná a ser mais forte, ajudar a melhoria das condições desse Estado. Nós estaremos aqui nesta Casa aplaudindo e apoiando as medidas que forem do interesse do Estado.

Se as injustiças estão sendo cometidas, se algumas categorias não estão recebendo, Senhor Presidente, o que merece nessa medida do Governo, pelo menos o que foi encaminhado a esta Casa, tem um fundo de veracidade, tem fundamento lógico, e não é nada demagógico.

Nunca me utilizei deste Plenário para fazer pronunciamento demagógico, nunca me utilizei de oportunismo; mas sim o que nós queremos neste momento, com toda humildade do mundo, fazer um apelo à Bancada do futuro Governo, vamos nos solidarizar nesta emenda, nesta Mensagem do Governo do Estado do Paraná, é de dar 16% linear, num substitutivo em que não tem um trabalho elaborado, e que vai fazer um outro trabalho no próximo ano. Vamos aprovar a mensagem original do Governo, e no próximo ano estaremos aqui apoiando as novas medidas do próximo Governo, melhorando as outras categorias que porventura ficaram não consideradas nesse projeto.

É o apelo que eu faço à Bancada Governista.

E vou mais além, temos tomado cuidado,

temos procurado ser coerentes, e fui coerente nesta semana ainda, quando eu via uma emenda que entendíamos uma emenda injusta na questão que foi debatida ontem nesta Casa, e alertávamos o Deputado Paulo Maia, que é o Líder do PDT. A emenda que víamos dava na criação e modificação dos quadros da Casa Civil, quase quatro mil reais de remuneração para os assessores especiais do Governo.

Alertávamos o Líder do PDT, Deputado Paulo Maia, ele entendeu; e alertávamos dentro da nossa limitação que retirasse aquela emenda porque não era o momento para se fazer isso, que estávamos trabalhando na melhoria e na condição do funcionalismo. Qual foi nossa surpresa ontem quando aquela emenda foi retirada, mas no lugar daquela foi incluída outra com valores pouco menores para ver se passa. Faço um apelo aqui à Bancada, não vamos aqui levar a questão de novo Governo e de atual Governo; vamos olhar o quadro de corpo técnico do Estado que precisa de um reconhecimento.

Admitimos a nossa falha, mas não vamos deixar que as coisas fiquem para o ano que vem, entraremos em recesso no final desse mês, janeiro é recesso, fevereiro, inicia apenas no dia 15 de fevereiro.

Faço um apelo à Bancada do PDT, estaremos solidários com Vossas Excelências, mas compreendam a nossa posição, do nosso Líder Deputado Tavares, da Secretaria de Administração, o nosso Governador Mário Pereira que está procurando fazer uma transição pacífica, séria, uma transição harmônica no Estado.

Vamos passar o ano e chegar em 95 harmonicamente também com o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) - Desejo cumprimentar o Deputado Renato Adur, pelo seu brilhante discurso feito, neste momento, nesta Casa.

Pena, Deputado Renato Adur, que Vossa Excelência não tenha dado ouvidos à Bancada do lado de cá que, durante 8 anos, clamou por uma melhoria salarial para os servidores públicos que tiveram seus salários achatados. Os mesmos servidores públicos que estão aqui hoje, aplaudindo Vossa Excelência, estiveram aqui várias vezes, quando não se acovardaram pelo ex-Governador Roberto Requião! Quando não se acovardaram pelo Governador Roberto Requião, aqui vieram condenar a sua atitude!

Sete meses para preparar uma mensagem desta natureza, isso se chama incompetência, Deputado Renato Adur! Queremos, sim a valorização do servidor público mas uma proposta correta, em cima de dados, não mandada em cima da hora!

Marmelada em cima da hora, mata!

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, meu nome foi citado e requeiro a Vossa Excelência a palavra, pela ordem.

Não queremos polemizar, não queremos fazer discurso para a platéia! Eu disse, Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência sabe o respeito que tivemos sempre por Vossa Excelência e temos, é bom que fique bem claro. Eu disse aonde erramos, admiti o erro, não vejo nada de mais.

O SR. ALGACI TÚLIO - Erraram durante 8 anos, Deputado?

O SR. RENATO ADUR - Não vejo nada de mais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados que atendem ao que dispõe ao Regimento Interno.

Deputado Renato Adur, Vossa Excelência já discutiu a matéria.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, agradeço a concessão.

O debate que acontece agora aqui é exatamente sobre o aumento do funcionalismo público. O atual Governo, que é o Governo do Paraná, há de se respeitar o Governador do Paraná remete a esta Casa uma mensagem que não ultrapassa a autonomia constitucional. É importante observar, além da importância que poderíamos dar, da necessidade de melhor remunerar os nossos técnicos, para melhor gerir o nosso Estado, é importante observar que o Estado do Paraná tem a sua economia super aquecida após o plano Real.

Este dado é fundamental porque a receita do Estado, após o plano Real, aumentou em mais de 10%...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Neivo Beraldin, não se trata de Questão de Ordem. Vossa Excelência poderá encaminhar a votação, na sessão de amanhã. O projeto permanece em discussão.

Palavra com o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Após os pronunciamentos dos Deputados José Tavares e Renato Adur, não poderemos deixar de vir a esta tribuna, com muita calma, com muita tranquilidade, fazer algumas considerações. Quando vejo cartazes de manifestação, inclusive referentes a mim, lembro a esses companheiros que muitas vezes, quando achei que as coisas não eram justas, vim a esta Casa me manifestar e sempre tive coragem de ir à luta. E tenho certeza de que muitos dos que aqui estão discriminados nesses oito anos não ti-

veram a coragem de fazer o mesmo que nós fizemos.

Mas admiro e digo que nunca é tarde para essa recomposição. É de se fazer a retrospectiva quando se procura fazer o discurso para a platéia, porque tenho certeza, se não estivessem hoje os funcionários públicos nessa Casa o Deputado Renato Adur e o Deputado Tavares não teriam se pronunciado com a eloquência que se pronunciaram. Por que eu digo isto? Por isso peço aos funcionários públicos presentes a essa Casa, um momento de reflexão, essa reflexão que quero passar, fruto daquilo que sofremos na pele desde que o PMDB se instalou no Governo do Paraná. E não vimos aqui discursos eloquentes; lamentamos, até que algumas dessas questões que vou citar, não tivéssemos esta platéia e essa preocupação que está tendo hoje.

Acho interessante quando se diz, e da preocupação que se tem após mais de oito anos na reta de chegada observa-se a disparidade de tabelas. É interessante, mas não viram, pelo menos no final estão procurando ver.

A grande verdade, e isso tem que ficar registrado, já frisei nesta Casa ontem, é que o Governador atual, Mário Pereira, não pode se esquecer da sua condição de Secretário da Administração responsável por esses atos no Governo Álvaro Dias, que lá ele esteve durante quatro anos, e de lá as coisas começavam a acontecer.

Discussões exaustivas, acho que não é só por aí, temos a certeza que elas são válidas, porque exaustivos devem ser todos os encaminhamentos referentes à miséria salarial com que viveram e vivem os funcionários públicos do Paraná em todos os segmentos.

Inclusive quero deixar registrado aqui o que acontece com os salários dos funcionários desta Casa, que nenhum de nós, 54 Deputados, fizemos alguma coisa para reverter esse quadro, também temos responsabilidades porque não fizemos, ou fizemos e quantas vezes ocupamos a tribuna para dizer que funcionário desta Casa muitas vezes tinha que pedir, se humilhar por um vale transporte para poder vir trabalhar. Não se faz nada, ou não se fez nada diferente do que fez os Governos do PMDB que aí estão.

Achamos interessante esses discursos quando o Deputado Tavares afirma, não ser o ideal, mas é o possível. Eu, como funcionário público, das praças públicas sempre ouvi esse discurso. E admirei quando outro dia, também daquela tribuna, e recebendo os aplausos da galeria, ouvia o Deputado Caíto Quintana, que peço até perdão por sua ausência, que isso eu não estou falando escondido, quando na Casa Civil não recebia sindicatos, mas recebia seus

representantes, fez um eloquente discurso e recebeu seus aplausos.

Acho que tudo isso deve ser pesado, deve ser considerado.

Então, precisamos que se faça, de fato, a reflexão.

Quero lembrar aos eloquentes discursos do Deputado Tavares, do Deputado Renato Adur e, ontem, do Deputado Caíto Quintana, e perguntar-lhes, com muita tranquilidade e com a consciência tranquila, porque tenho certeza de que nesses quatro anos de Assembleia Legislativa, falo de cabeça erguida e saio da Assembleia de cabeça erguida, porque, se tem alguém que em quatro anos lutou, protestou, cobrou atendimento respeitoso aos funcionários públicos mais do que os Deputados que lhes fala, eu cobro que me digam quais foram ou quem são.

Não tenho, em hipótese alguma, ressentimento por não-reeleição. Não trabalhei durante quatro anos nesta Assembleia...

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu peço a Vossa Excelência que se dê o respeito ao Deputado Paulo Maia, que está na tribuna, para que se pare com a história de algumas pessoas, não de todas, que estão respeitavelmente sentadas acompanhando a Sessão.

Peço respeito ao Deputado que está na tribuna!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito, mais uma vez, a atenção das pessoas que assistem a esta Sessão, para o Artigo 110 do Regimento: "Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou reprovação ao que se passar na Assembleia".

Solicito, mais uma vez, aos que nos visitam, para que atentem para aquilo que dispõe o nosso Regimento Interno para que a gente possa ter uma sessão tranquila, prosseguirmos até o final e atingirmos os objetivos para os quais estamos aqui reunidos.

Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a preocupação desta Casa.

Quero deixar registrado também que quando, na luta do magistério, eu, muitas vezes por posições, nunca precisei fazê-las por trás e, muito menos, em cima do muro, também recebia vaias. Acho que cada pessoa deve se manifestar da maneira como sabe. Aqueles que têm a formação para se manifestarem pela vaia, devem fazê-lo.

Então, quero continuar, fazendo algumas retrospectivas para que os discursos

eloqüentes nos respondam algumas questões, como por exemplo: foi o governo do Jaime Lerner que acabou com a data-base? Onde estão os discursos calorosos dos Deputados que hoje defendem essa posição do Governador Mário Pereira, em relação à data-base dos servidores públicos do Paraná? Nós fizemos, estivemos presentes em todos os momentos, registrando essas posições na Casa.

Pergunto isso aqui, em especial à nossa categoria, que é o magistério, onde está o piso de três salários mínimos do magistério, conquistado em praça pública, e derrubado no atual governo? Questiono sobre a questão do Instituto da Previdência, onde hoje a saúde do servidor público é uma vergonha para o Paraná e para o Brasil. Perguntamos sobre o Fundo de Previdência que condenávamos nesta Casa, e que levou dos servidores públicos quarenta e dois milhões de reais.

Onde estão os discursos eloqüentes e as manifestações? Que respondam a essa vergonha que se estabeleceu sobre o funcionalismo público.

Vou mais ainda, perguntando se há tanta preocupação hoje em relação à democracia, onde está a democracia que os professores escolhiam os seus diretores através de eleição direta e que esse Governo que recebe discurso eloqüente derrubou nesta Casa e, através de Decreto, impõe os diretores das escolas públicas.

Vou mais adiante: quem criou o redutor salarial na vida de grandes servidores que tenho a certeza que há uma enormidade de representação nesta Casa? Será que foi o governo Jaime Lerner, ou hoje os aplaudidos discursos eloqüentes que não se fizeram naquela época, quando defendíamos aqui durante os quatro anos?

Quem foi que autarquizou e acabou com o direito das universidades de gerirem a sua administração?

Essas questões precisam ser lembradas, ser ouvidas e precisam ser trazidas a público, porque tenho certeza que, principalmente o Ministério não se esqueceu de um dos episódios trágicos, e tenho certeza que toda essa maracutaia não vai se repetir no futuro governo, a exemplo do que aconteceu no dia 30.08.88, quando se usou a violência policial contra a manifestação dos servidores públicos. Da mesma forma, em outras situações - estamos aqui fazendo uma retrospectiva, não preocupados em receber elogios, não preocupados em receber vaias, mas preocupados em fazer uma retrospectiva do que foram alguns atos do governo que na hora da chegada, quer estar de bem com o servidor que ele massacrou, que ele não reconheceu e que não conversou durante esse período, e digo sem receio nenhum e com conhecimento de causa desses

fatos, porque em muitos deles participei, inclusive naquelas oportunidades se pretendia que as coisas não caminhassem e se propunha a criação de comissões e não se dava atenção sequer aos anseios dessas comissões que falavam pelos servidores públicos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Precisamos que haja coerência. Achei muito interessante o posicionamento do Renato Adur. Parece que algumas lições conosco e com o PT, ele aprendeu nesse discurso que fez, que soube muito bem roubar os discursos do PT, que ele não teve coragem de fazer durante todo esse período, inclusive quando estive na liderança do Governo.

Na verdade, é um direito... Tem que jogar para a platéia, tem que jogar dessa forma. Dizer de que mais de 6 meses estava estudando e que se admitia esse caos na vida do servidor público, é se esquecer de que quando essa mensagem primeira chegou à Casa, ela vinha com uma proposta de 7 e 9% para a maioria dos servidores e, se não fosse a pressão das oposições, se não fosse a manifestação das oposições nesta Casa, com certeza não teria chegado sequer aos 14% que estão propondo. Isto precisa ser refrescado, isso precisa ser lembrado.

Por isso, deixo registrado aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a certeza de que no final de 4 anos - porque não precisaremos de 8 - essas vaias todas serão convertidas em aplausos a quem comprometeu-se em praça pública a respeitar o funcionalismo público do Estado do Paraná, e frequentemente tenho cobrado esse compromisso do futuro Governador Jaime Lerner e ele tem se comprometido conosco.

Por isso, vamos com a consciência muito tranqüila e com o compromisso do futuro Governador Jaime Lerner, de que este quadro de vergonha e de disparidade será visto com o respeito que merece o funcionário público. Nós estaremos aqui votando a medida linear de 16% sem receio das vaias ou dos aplausos e tendo a certeza que no final de 4 anos, todos estarão em pé, aplaudindo a administração das transformações, que se chamará administração de Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

A Mesa suspende a Sessão.

(Tumulto no Plenário)

Está reaberta a Sessão.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas por ter sido citado, nominalmente, pelo Deputado Paulo Maia.

Quero dizer que no exercício da função da Casa Civil, sempre recebi as pessoas que lá foram: em comissões, em sindicatos ou em associações. Invoco aqui a presença daqueles que mais representaram movimentos populares que são os Deputados do PT. Que muitas e muitas vezes estiveram conosco discutindo assuntos. Agora, lamento, Deputado Paulo Maia, que Vossa Excelência, que passou 4 anos nesta casa pedindo aumento salarial, tenha uma postura agora, na hora que o aumento vem, de lutar contra ele para baixá-lo.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Deputado Caíto Quintana, só para registrar mais uma coisa não dos funcionários. Eu, como Deputado, quando pedi para falar com V. Exa. nunca fui recebido, imagine os sindicatos!

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não quero entrar em polêmica - o Sr. sabe que não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a discussão do Projeto e já informo as inscrições do Deputado Heinz Herwig e do Deputado Geraldo Cartário para encaminhamento da votação na Sessão de amanhã às 10 horas.

O Projeto irá à C.C.J. O Projeto recebeu 9 emendas de Plenário; vai à C.C.J para que as emendas sejam analisadas e o Projeto retorne em Sessão Extraordinária, amanhã.

ITEM 03

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 294/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 294/94 EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Projeto de Lei nº 294/94, o seguinte artigo:

"Art. - Fica criado o cargo de 2º vice-Presidente do Tribunal de Justiça".

Sala das Sessões, em 14.12.94

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Ademar Traiano, Colombino Grassano.

O Projeto retorna à C.C.J..

ITEM 09

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/94, de autoria do Tribunal de Contas, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em votação.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 389/94

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3º - Ficam, ainda, reajustados o valor da Gratificação de que trata o Decreto nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para R\$ 22,94 (vinte e dois reais e noventa e quatro centavos), o valor da Gratificação de Produtividade para R\$ 7,54 (sete reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor do Salário-Família, por dependente legal, para R\$ 1,04 (um real e quatro centavos).

Art. 4º - Os cargos criados pelo artigo 9º da Lei nº 8.746, de 25 de março de 1988 serão preenchidos somente por funcionários concursados, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, por ato de seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.94

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

O SR. JOSÉ A. RITTI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Por

se tratar de projetos de aumento de servidores e que também possui emendas também o devolvemos à C.C.J. para que ele possa voltar amanhã devidamente apreciado na Sessão das 10 horas.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Esse Projeto que V. Exa. anunciou recebeu uma emenda misteriosa que peço à Mesa pela obediência aos princípios regimentais e constitucionais que mande retirar do corpo desse projeto, porque é flagrantemente inconstitucional, criando cargos que não é atribuição e competência deste Poder Legislativo.

Esta é a questão de ordem que faço a V. Exa. para que indo à C.C.J., emendas dessa natureza não sejam de forma alguma consideradas e sequer recebidas pela Mesa.

O Sr. Presidente (Orlando Pessuti) - Respondendo ao Deputado Ernani Pudell, temos aqui registrado na Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 389 firmado pelo 1º Secretário: o autor expressa sua vontade de manter a presente emenda em 14.12.94 portanto, a emenda está mantida...

(Vozes paralelas)

O SR. JOSÉ A. RITTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, há um requerimento de minha autoria sobre a mesa solicitando a retirada desse projeto de aumento por 10 sessões. Gostaria de retirar o projeto, mas concordando com que o projeto volte à C.C.J., endossando as palavras do Deputado Ernani Pudell, considerando flagrantemente inconstitucional a criação de cargos em cima de uma projeto que versa essencialmente sobre aumento salarial, correção de tabelas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Requerimento de V. Exa, está retirado e o projeto irá à CCJ.

O SR. JOSÉ A. RITTI - Senhor Presidente, eu gostaria que V.Exa. também confirmasse se o projeto 389 a aceitabilidade da subemenda também de minha autoria, que suprime a emenda... (VOZES PARALELAS).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está sendo encaminhada à CCJ, Deputado.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos da magistratura paranaense. COM PARECER da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA FAVORÁVEL DA C.C.J..

ANTEPROJETO DE LEI Nº 397/94

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.606,66 (hum mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data prevista no art. 1º.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ANTEPROJETO DE LEI Nº 397/94

P A R E C E R:

Analisando o anteprojeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o mesmo reajusta, conforme específica, a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos da Magistratura paranaense.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Sendo assim, recebe desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 397/94

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo reajustar os vencimentos da Magistratura Paranaense.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Também por se tratar de aumento, encerramos a discussão e remetemos à CCJ para que nos devolva na Sessão de amanhã às 10 horas.

O SR. JOSÉ TAVARES - Recebeu emenda o item

112

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ele não recebeu emenda, Deputado, mas, tendo em vista que ele tem uma emenda pronta a ser apresentada, dependendo do resultado da votação do aumento dos servidores. Se for 14% não terá emenda. Se aprovado pelo Plenário 16 termos que submeter também a emenda, por isso que estamos remetendo à CCJ para que a emenda já possa vir com parecer.

ITEM 12

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 398/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica, a partir de 1° de dezembro de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. Com PARECER da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PARACER FAVORÁVEL da C.C.J..

SUBSTITUTIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, ficam reajustados a partir de 1° de dezembro de 1994, na forma das tabelas que constituem os Anexos I e II da presente Lei.

Parágrafo 1° - Ficam também reajustados no mesmo percentual das tabelas que constituem o Anexo I da presente Lei, os valores das Gratificações de Produtividade.

Parágrafo 2° - Ficam também reajustados no mesmo percentual das tabelas que constituem o Anexo II da presente Lei, as Gratificações de Representação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, bem como os valores das gratificações previstas pelo Decreto Governamental n° 4.905, de 12 de março de 1982 e Decreto, Judiciário n° 229, de 15 de abril de 1994.

Artigo 2° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,03 (hum real e três centavos) a partir de 1° de dezembro de 1994.

Artigo 3° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Artigo 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Também trata-se de reajuste de servidores e também vai para a CCJ, com sua discussão encerrada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu requeiro a V.Exa. a verificação de quórum para aprovação de qualquer dispositivo nesta Casa: requerimento, mensagem, projeto e outras questões mais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e fará a verificação de quórum com chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está suspensa a Sessão. Solicito aos nobres Deputados que retornem aos seus lugares.

Está reaberta a Sessão e prossegue a chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Ao responder a presença, Senhor Presidente, gostaria que V.Exa. permitisse dizer que eu, a cada momento que passa estou mais convencido do que nunca de que essa Casa tivesse tido o cuidado de aprovar o requerimento de nossa autoria transformando o Plenário em Comissão Geral para nós chegarmos amanhã, último dia do período legislativo dessa legislatura, com as matérias de interesse do povo do Paraná decididas; cada dia que passa, cada minuto que passa eu me convengo de que nós, infelizmente, pela sua maioria, não agimos acertadamente. Hoje é a véspera do encerramento do período legislativo, e V.Exa. há de convir que nós estamos tendo as maiores dificuldades para aprovarmos matérias que não são polêmicas.

Imaginem Vossas Excelências e o senhor, Senhor Presidente, e os presentes aqui nesta Casa, como é que deverá ser a Sessão de amanhã, já que o Plenário não foi transformado em Comissão Geral e praticamente nós não votamos nada, e tudo está sendo postergado para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Informo ao Deputado José Tavares que nós temos um requerimento para uma Sessão Extraordinária para logo após esta Sessão para apreciarmos alguns projetos, e que amanhã nós iremos realizar tantas quantas necessárias forem Sessões Extraordinárias. Se não houver condições de no dia de amanhã nós liquidarmos as votações, nos veremos na obrigação de prorrogar o período de funcionamento da Assembléia para que possamos dar conta dessas matérias.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) -
Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 25
Senhores Deputados responderam a Chamada, não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da Sessão.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, me permita mais uma vez manifestar a minha preocupação com o processo legislativo desta Casa.

Nós não estamos aqui para discutir o passado, o passado a gente tem que ter sempre em mente para não permitir que os mesmos erros sejam cometidos.

Mas o momento é outra realidade, estamos aqui para analisar questões práticas, nós temos um prazo, pela Constituição, que vai até amanhã, de períodos de reuniões, desta Casa. Temos matérias da maior importância, sejam elas oriundas do Poder Executivo ou sejam elas de iniciativa parlamentar. E esta Liderança não tem feito outra coisa, nestes últimos dias, a não ser chamar a atenção, respeitosamente, dos colegas, para esta realidade.

E o que nós assistimos agora? É que a Bancada de Oposição, liderada pelo Deputado Paulo Maia, se retira estrategicamente do Plenário para não ter quórum. E com isso, V.Exa. tem que declarar, regimentalmente, depois de feita a apuração de presença, que não tem quórum mais para deliberação.

É importante que os presentes saibam que hoje não se vota mais nada porque o lado de lá esvaziou o Plenário. E se não se vota hoje com certeza amanhã também não vamos votar! Então a minha preocupação inicial, de dias atrás, sem emocionalismo, sem estar jogando para quem quer que seja, mas jogando com a razão, é que cumpramos com as nossas obrigações de dar, dentre outras coisas, ao povo do Paraná um aumento mínimo necessário ao funcionalismo do nosso Estado!

Então não teremos outra alternativa, e eu serei o primeiro a subscrever o requerimento, a não ser prorrogar, de ofício, sem receber o pagamento de jetons, sem pagamento de qualquer tipo de encargo para a Assembléia, prorrogar de ofício essa Casa, para que nós votemos, a favor ou contra, cada um de acordo com a sua conveniência, todas as matérias que nós temos a obrigação e o dever de analisar, até o dia 31 de janeiro.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu esperava amanhã encerrar a minha participação na vida pública do Estado do Paraná, como um dos integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores,

que, acredito cumpriu o seu papel e vem cumprindo com coerência até esse momento.

Me parece que as questões estão sendo colocadas aqui nessa Casa, e que estão gerando polêmica estão mais no campo da vaidade, mas, eu diria, tratada de uma forma política não adequada. E eu quero com isso fazer um apelo, especialmente à Bancada que dará sustentação ao governo Jaime Lerner, que reveja a sua posição com relação aos aumentos, porque eu entendo, e nós analisamos com frieza, sem nos colocar ao lado de ninguém, de quem quer que seja, mas analisando a proposta em si, chegamos à conclusão de que ela não compromete a continuidade do próximo Governo.

Se compromettesse, se criasse obstáculos intransponíveis por uma questão ética de bom senso a Bancada do PT também estaria contra a proposta.

Então, acho que aqui nós estamos chegando numa atitude de birra, de falta de informação, de jogo de intrigas. Estamos criando uma situação absurda que neste Parlamento já gerou um clima de violência, eu vi ontem um Deputado aqui absolutamente desestruturado emocionalmente, hoje novamente isso ocorrendo. Eu não queria levar essa imagem do último dia do meu mandato e da minha vida pública para casa. Gostaria de levar uma imagem diferente. Eu espero, sinceramente, Deputado Paulo Maia, que pode se manifestar a seguir, vamos ter bom senso, sentem com o lado de lá e acertem isso. É possível amanhã ainda nós terminarmos. Eu penso que sim, vamos ter uma reunião na C.C.J., se possível se vote, se discuta, vai para o voto, uma, duas, três Extraordinárias, e nós temos condições de acabar amanhã.

Nós estamos gerando uma situação aqui insustentável, Deputado Paulo Maia. Daqui há pouco não me sinto mais nem obrigado de permanecer aqui nesta Casa assistindo esse jogo de cena. Acho que a Bancada do PT está cumprindo sua obrigação, seu papel. E acho que os demais parlamentares desta Casa, tem que ter a frieza de encaminhar isso.

Acho estranho, muito, me parece que o Governador Mário Pereira até ontem estava sendo elogiado nos palanques aí pelo comportamento que teve em relação a Jaime Lerner, foi até chamado de traidor por aí. De repente por causa do aumento do servidor faz-se um cavalo de batalha. Essa Casa aqui aprovou quatro anos, aumentos salariais diferenciados, o que é um absurdo, mas aprovou. E eu acho que nós temos que olhar os números com frieza, compromete o Governo? Não compromete. Está dentro do limite? Está. Basta ver o estudo do DIEESE que está aí. O Governo que vem terá margem de manobra para fazer aquilo que seja ne-

cessário.

Duvido que o Governo Jaime Lerner nos primeiros meses vá mexer na questão do funcionalismo. Vai ter que se assentar na máquina, nós sabemos disso. Acho que tem que ter bom senso nisso aí, bom senso inclusive na Ordem do Dia, porque tem coisa aqui trezinhas da alegria, litorinas, que estão passando por aqui que não deveriam estar na pauta, emendas que estão sendo apresentadas aqui no final desta Sessão que eu acho um absurdo. Penso que o Poder Legislativo do Paraná deveria dar uma contribuição, uma postura diferente, uma imagem diferente a ser firmada no final da Legislatura.

Eu gostaria de levar essa imagem para minha Casa, para meus filhos e para minha vida particular. Então faço esse apelo, Deputado Paulo Maia, sente-se com o Líder do Governo e vamos ver que as coisas não são tão difíceis assim, é fácil arrumar, basta ter vontade política.

Agora o que está me parecendo é que o vitorioso está querendo humilhar o derrotado. Eu não vejo sentido nisso, acho que a grandeza política está exatamente em saber tratar o derrotado com a dignidade que ele merece.

Esse é o comportamento mais adequado, e só lamento, isso ninguém vai me apagar, daqueles que ficaram quato anos do lado de lá, laranjas, rolhas, ficaram do lado de lá, perderam a eleição, pularam para o lado de cá, isso é uma pouca vergonha, não existe coerência política, ficaram sustentando o Governo, levando chequinho, levando kombi, e agora nem sequer tem o compromisso moral, ético de sustentar esse Governo, que parece mais hoje os personagens do Incidente de Antares, os Mortos Vivos.

Isso é um espetáculo deprimente, que eu estou assistindo nessa Casa. Esse Poder pelo menos no seu final da sua Legislatura, com os Deputados que aqui estão, que não voltarão para essa Casa se comportando com a dignidade que nós merecemos, isso é um apelo que eu faço, isso aqui está virando, me desculpe o desabafo, Senhor Presidente e alguns Parlamentares, está virando circo, e eu acho que esse Parlamento não pode se comportar dessa forma.

Faço esse apelo Deputado Maia, chegar a um acordo, na diferença dos reajustes que estão sendo propostos, nos dois reajustes são de três por cento, três por cento é muito menos do que a herança que o PDT deixou ao PT lá em Londrina, lá nós tínhamos

Conversas Paralelas.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência, baseado no artigo 91 do nosso Regimento Interno, Parágrafos 3º e 4º, que

Vossa Excelência convoque uma nova chamada nominal, Senhor Presidente, nós requeremos.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente, nós estamos preocupados com todo esse processo, e no momento em que se condena a saída de companheiros Deputados de Plenários, nós temos aqui ausência de Deputados de todos os segmentos políticos, fora do Plenário, menos o PT, então essa verdade está posta.

Quero justificar de que nós estamos fazendo alguma manobra de Plenário, para não votar o reajuste do funcionalismo, é faltar com a verdade, porque foi anunciado há pouco pela Mesa, que o Projeto recebe Emendas e amanhã deve ser discutido nesse Plenário, e eu quero dizer ao Deputado Ernani, ao Deputado Tavares, que com certeza não será da parte do PDT, e posso dizer da coligação que deu a vitória ao futuro Governador Jaime Lerner, que nós inviabilizaremos a aprovação do reajuste do funcionalismo, não. Nós aprovaremos, e já demos posição de como aprovaremos amanhã o reajuste do funcionalismo.

Se há jogo de cena com certeza esse jogo de cena não tem a nossa participação, a ser a participação de quem quer, jogar para galeria ou fazer discurso para receber aplausos.

Nós não temos nada a dizer, condenando a postura, tanto a de Sua Excelência o Governador Mário Pereira, e o Governador eleito Jaime Lerner, no entendimento que ambos fazem.

Eu acho que nós estamos aqui nesta Casa, discutindo, encaminhando uma postura de competência do Poder Legislativo, e como tal esse procedimento foi feito, em hipótese alguma preocupados, preocupados em humilhar quem foi vencido pelas eleições, porque se fôssemos pensar dessa forma, com certeza, humilhação recebemos nos aqui dentro, mas sempre respeitamos quando o apoio ao Governo, se retirava do Plenário, sempre respeitamos esta conduta dos companheiros Deputados que ainda hoje dão sustentação ao Governo Mário Pereira, achávamos e achamos que era uma decisão dos companheiros e sempre respeitamos isso, e com certeza amanhã estaremos aqui presentes maciçamente votando o que é do Paraná e pelo Paraná, e pelos seus servidores, se há trens da alegria, e há litorinas e outras mais, creio que a responsabilidade de todo o Deputado que faz essa acusação é dar nomes a esses trens da alegria que, com certeza, a responsabilidade não será individual, ela será coletiva, de todo esse parlamento.

E vemos também com muita responsabilidade e não estamos preocupados em relação

a jetons, porque nesses quatro anos jamais provocamos qualquer adiamento de sessão plenária objetivando receber jetons desta Casa.

Nós temos certeza de que amanhã há possibilidade de se votar as matérias pautadas e chegar-se ao fim do período legislativo votando ou aprovando o que interessa ao Paraná e não individualmente a grupos ou pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, com base no Artigo 91 e constatado o retorno do Deputado Algaci Túlio, Deputado Nilton Barbosa, Deputado Heinz que se encontra na tribuna, verifica a existência de quórum para a votação e retoma a votação da Ordem do Dia.

O SR. PAULO MAIA - Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento em que nós votarmos o projeto Vossa Excelência poderá solicitar verificação de votação.

ITEM 13

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

ANTEPROJETO DE LEI N° 399/94

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1° de dezembro de 1994, em CR\$ 1.606,66 (hum mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2° - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1° ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 399/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 399/94

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, tem por objetivo reajustar o vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1° de dezembro de 1994.

Já tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 14

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

ANTEPROJETO DE LEI N° 401/94

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado a partir de 1° de dezembro de 1994, em R\$ 1.526,34 (hum mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2° - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1°, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 401/94

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1° de dezembro de 1994.

Após analisar o referido projeto, constatamos que o mesmo está em conformidade com os requisitos legais e, por isso, opinamos favoravelmente devendo o mesmo ser submetido à apreciação do Plenário desta Assembléia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 401/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado.

A matéria já foi analisada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 15

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 402/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa a partir de 1° de dezembro de 1994, o vencimento básico mensal do cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

ANTEPROJETO DE LEI N° 402/94

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fixa fixado, a partir de 1° de dezembro de 1994, em R\$ 1.526,34 (hum mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2° - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1° mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092 de 05 de

outubro de 1992.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 402/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 402/94

P A R E C E R:

A presente proposição de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado.

Já tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 16

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 404/94 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta conforme especifica a partir de 1° de dezembro de 1994, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná. Com PARECER DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

ANTEPROJETO DE LEI N° 404/94

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná é fixado, a partir de 1° de dezembro de 1994, em R\$ 1.606,65 (hum mil, seiscentos e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data prevista no artigo primeiro.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 404/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, tem por objetivo reajustar os vencimentos do Ministério Público do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 404/94

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por objetivo reajustar conforme especifica, a partir de 01/12/94, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Já tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 17

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/94, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1º de dezembro de 1994, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

ANTEPROJETO DE LEI Nº 405/94

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça ficam ajustados, a partir de 1º de dezembro de 1994, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam fixados na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 3º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,03 (um real e três centavos).

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 7,39 (sete reais e trinta e nove centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 405/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Procuradoria Geral de Justiça.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 405/94

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, tem por objetivo reajustar a partir de 01/12/94, os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

Já tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

Pág. 34 LOURENÇO FREGONESE - Presidente

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ITEM 42 LUIZ CARLOS ZUK - Relator

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento mensal de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º dezembro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 139, de 28.11.94, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 400/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento mensal de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 400/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado.

A matéria já foi analisada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SANTOPROJETO DE LEI Nº 400/94

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.606,66 (um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes das atividades do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros.

Curitiba, quarta, em 14.12.94

Curitiba, quarta, em 14.12.94

deixos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 400/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento mensal de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 400/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado.

A matéria já foi analisada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Todos retornam à CCJ para serem analisados, com suas discussões adiadas.

Retornamos à Ordem do Dia normal.

ITEM 01

31. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/94, que cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPEL. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL AS EMENDAS NºS 02, 03, 04 E 05. CONTRÁRIO A EMENDA Nº 01. Apreciar, neste turno apenas a emenda aprovada em 2ª discussão.

Em votação.

Aprovada.

6 SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

6 SR. RENATO ADUR - Requerimento chamada nominal, Senhor Presidente.

6 SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A

Mesa procederá à chamada nominal.

Com a palavra o Senhor 1º Secretário, para as providências.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Permita-me fazer uso da palavra novamente, para fazer um apelo ao Deputado Paulo Maia que esteve conosco, mais de uma vez, em reunião de Lideranças e sabe, tanto quanto nós, que esta pauta aqui é o produto daquelas reuniões que tivemos.

Vossa Excelência em alguns momentos chegou a dizer: "olha, concordo em colocar esta matéria, mas a nossa posição será contrária". Eu disse: "Perfeitamente, nós respeitamos".

O acordo de lideranças para elaborar uma pauta, não significa acordo de votar, segundo o nosso entendimento.

Na Câmara dos Deputados, durante os anos que lá passei, a prática que se adotava, num número muito maior de matéria, é exatamente esta: reunião de Líderes, discute-se a pauta e cada liderança vota de acordo com sua convicção pessoal.

Não entendo porque Vossa Excelência - com todo respeito - insiste em não permitir que esta Casa continue votando, deliberando, na véspera do encerramento do período legislativo. Veja, por exemplo: esse projeto que estamos votando agora, é o que cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos da Pessoa Humana no Paraná, uma matéria da maior importância, sem nenhum tipo de problema ideológico, partidário; emendas aprovadas; o plenário se manifestou; e no entanto, Vossa Excelência pede verificação de votação, exatamente porque a sua Bancada saiu e Vossa Excelência sabe que não vai haver quórum.

Então, gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, para que aquele acordo nosso de lideranças - para, pelo menos a Casa funcionar, fluir até o dia de amanhã - ele ocorra, já que fomos derrubados quando pleiteamos, preocupados com esta realidade, com esta situação, transformar o Plenário em Comissão Geral.

Faço um apelo, já que Vossa Excelência manifestou-se favoravelmente a amanhã trazer a sua Bancada para esgotarmos a pauta, vamos começar a partir de agora, são 49 itens não tenho descumprido nenhum compromisso que assumi com Vossa Excelência, nem um único compromisso. Tudo o que Vossa Excelência pediu eu concordei. Não queremos que coloque em votação a redefinição do FDE que o Governador Mário Pereira queria, Vossa Excelência não queria que colocasse em votação a criação do CONSITEC que o Governador Mário Pereira queria e outras matérias que concordamos em não colocá-las.

Agora, Vossa Excelência me perdoe, do

lado de Vossa Excelência que o compromisso não está sendo cumprido e lamento - e me perdoe a franqueza - foi exatamente isso que aconteceu entre nós, nas reuniões que tivemos, reuniões de líderes.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado José Tavares.

Respeito as considerações de Vossa Excelência, e lhe afirmo, mais uma vez, que os compromissos assumidos serão cumpridos. O que estamos questionando neste momento, não é o desrespeito da nossa parte ou da parte de Vossa Excelência. É que na Casa, neste momento, não há quórum para votação das matérias e o Regimento Interno estabelece um quórum mínimo. Não estou descumprindo o meu acordo com Vossa Excelência e amanhã, com certeza, com a presença de quórum neste Plenário, estaremos votando todos os projetos, todas as matérias que foram acordadas da nossa parte.

Acho que não estou desrespeitando ou descumprindo qualquer compromisso. Não há quórum, o nosso Regimento é legal, já tivemos problemas em Plenário, quando em sessões anteriores cobrávamos a aprovação de projetos sem quórum mínimo e problemas desagradáveis lamentavelmente aconteceram.

O que estou questionando não é o entendimento das lideranças, mas é o quórum que não tem neste momento, e continuamos exigindo o cumprimento de nossa legislação, do que nós criamos.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Participei, Senhor Presidente, da reunião de lideranças ontem, quando na verdade foram acordados diversos projetos de interesse do futuro governo.

Enfim, essa pauta de hoje passou pela discussão das lideranças. De um lado se põe muito bem o Deputado José Tavares, líder do Governo. Por outro lado invoca agora o Deputado Paulo Maia, o Regimento Interno da Casa que no lado da legalidade, da constitucionalidade, do lado regimental, está certo, mas sabe, Deputado Paulo Maia, por diversas vezes nós aqui em Plenário, tendo a presença de 10, 12, 14 ou até 15 Deputados, votávamos matérias como Utilidade Pública e tantas outras vezes e nunca foi questionado quando não havia interesse de derrubar sessões. E acho que, se continuarmos a sessão, poderíamos diminuir a pauta para amanhã.

Podíamos tocar a sessão para diminuirmos a pauta de amanhã, para que tenhamos um pouco mais de tranquilidade, porque está intranquilo o trabalho nesta Casa, onde todos os Parlamentares estão com seus ânimos acirrados.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado José Tavares, Líder do Governo na Assembleia Legislativa.

Estava hoje, pela manhã, assistindo seu programa com Pedro Arlan - nosso amigo - o programa "Com a palavra". E discutia-se, hipoteticamente, da conveniência ou não, à época das eleições para Governador, da disputa do ex-Governador Álvaro Dias ao mesmo cargo, devendo-se ao desgaste sofrido por Álvaro Dias antes do episódio com os funcionários públicos e com os professores. Parece, ao meu ver, que aquela célebre propaganda da "Vodka Orloff" está acontecendo muito antes do previsto com o futuro Governo Jaime Lerner. Álvaro Dias hoje, já pode dizer ao Jaime, com toda segurança: "Eu sou você, amanhã"!

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sô para registrar ao Deputado José Ritti, que em nome do Jaime Lerner, falamos nós que o apoiamos. E podemos discutir serenamente com quem teve presença a representação nesta Casa. Não com quem sempre agiu, faltosamente, não participando das sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Questão de Ordem não é objeto da matéria. O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Estamos aqui há tantas horas, com todo respeito, numa discussão vazia que não está trazendo nada, não está acrescentando nada no final desta tarde de um dia tão tumultuado. Gostaria que Vossa Excelência fizesse chamada nominal imediatamente, e se não der número, acabe a sessão.

Temos, na C.C.J., um monte de emendas aí, e estamos aqui, na verdade agora, perdendo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

(É feita a chamada nominal)

Vinte e quatro (24) Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento desta sessão.

A Mesa informa que dentro do que dispõe o Regimento Interno, esta Presidência convoca uma Sessão Extraordinária para logo após a presente sessão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - O Deputado Toti Colaço, há pouco, falava da reunião da Comissão de Constituição e Justiça. A reunião é hoje ou amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A reunião é amanhã às 9:00 horas da manhã.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/94, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que assegura a livre organização dos estudantes na forma que especifica. Sem Pareceres, Regime de Urgência. Encerrada a discussão.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 109/94, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 45 (quarenta e cinco) cargos de provimento efetivo, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J., (Não tem Parecer) Encerrada a discussão.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 141/94, ficam criados, na parte permanente do Quadro Geral do Estado, os cargos em provimento efetivo conforme especifica. Com Parecer da C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 142/94, que altera os dispositivos da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (lei do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA), conforme especifica. Com Parecer da C.C.J..

Sobre o referido projeto, emendas em nº de 2 (duas) de Plenário de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA

PROJETO DE LEI Nº 370/94

Altera-se a redação do inciso III, do art. 4º da proposição em tela, pela seguinte:

III - 2% (dois por cento) para os demais veículos.

Sala das Comissões, em 06.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

ERNANI PUDELL - Relator.

Apoiamento: José Arthur Ritti, Costenaro Neto, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Toti Colaço e Caio Quintana.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

"O § 7º do Artigo 1º passa a ter a seguinte redação: os veículos com mais de 10 (dez) e menos de 15 (quinze) anos de fabricação terão, como base de cálculo, 92% do valor do veículo fabricado no ano

imediatamente posterior". Os veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação ficarão isentos do imposto (IPVA).

Sala das Comissões, em 13.12.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento: Dirceu Manfrinato, Rossoni, Edson Silva Lino e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta emenda ao Projeto de Lei nº 370/94 (Mensagem Governamental nº 142/94) como forma de revigorar a isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) aos veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação. A proposição tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito ela objetiva dar isenção aos mencionados veículos.

Assim sendo, temos o prazer de apresentar esta emenda à apreciação dos nobres pares, esperando seja acolhida e aprovada por esta Casa.

Esta Presidência encerra a discussão e o Projeto retorna à C.C.J.

ITEM 08
2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 146/94, que objetiva o enquadramento de professores da Secretaria de Estado da Educação, no Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECER DA C.C.J. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 383/94

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo enquadrar professores da Secretaria de Estado da Educação, do Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

TÓTI COLAÇO - Relator.

ITEM 18

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 149/94. Anuir na doação que o Município de Maringá pretende fazer à união do imóvel, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 19

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 151/94, que cria 58 cargos de provimento efetivo no Quadro Geral do Estado para serem utilizados pelo Educandário São Francisco, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 20

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 152/94. Crédito suplementar no valor de R\$ 105.000,00, vigente ao orçamento da Universidade Estadual de Maringá, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J. e C.F. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 413/94

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Universidade Estadual de Maringá.

A matéria já foi analisada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu Parecer Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 21

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 153/94. Abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 4.300.000,00, ao vigente orçamento próprio do DETRAN, visando atender despesas de recursos do fundo de modernização da PM., conforme especifica. Com Parecer da C.C.J. e C.F. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 414/94

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar ao orçamento do DETRAN.

A matéria já foi analisada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar esta Comissão dá o seu Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 22

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 415/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 154/94, crédito suplementar de R\$ 1.500.000,00, vigente ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para atender despesas com pagamento dos trabalhadores sindicais, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. e C.F. Encerrada a Discussão.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 415/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Transportes.

A matéria já foi analisada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 23

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 416/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 155/94, crédito suplementar de R\$ 2.200.000,00, vigente ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para atender despesas com pagamento devidos por sentenças judiciais, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. e C.F. Encerrada a Discussão.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 416/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Transportes.

A matéria já foi analisada e aprovada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 24

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 417/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 156/94, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 436 Cargos de Provimento Efetivo para serem utilizados pela Universidade Esta-

dual do Oeste do Paraná, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. Encerrada a Discussão.

ITEM 25

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 055/94, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza a construção de um barracão nos municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de Pequenas Indústrias. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 15, de 09.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 055/94

P A R E C E R:

Propôs o autor, projeto de lei, objetivando autorizar a construção de um barracão nos municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de pequenas indústrias.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 055/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Antonio Annibelli, autoriza a construção de um barracão nos municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de pequenas indústrias.

No tocante à legalidade e constitucionalidade de matéria, essa passou pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, que lhe deu parecer favorável.

Ao que compete a essa Comissão se manifestar, conforme Regimento Interno desta Casa, entendemos ter o projeto em tela aspectos meritórios, já que visa atenuar os crescentes movimentos migratórios campo-cidade, com deslocamento da população rural aos centros urbanos. Pois, nos Municípios onde os setores urbanos (indústria, comércio e prestação de serviços) ainda são incipientes, a população migrante é levada a procurar os grandes centros urbanos em busca de melhores condição de vida.

É de conhecimento que existem prefeituras que buscam criar oportunidades para pequenos empresários (de fundo de quintal). O que se pretende através deste projeto é um aprimoramento dos Projetos Comunitários de Desenvolvimento Empresarial que resultarão na abertura de novas

empresas e investimentos que aumentarão a mão-de-obra nos Municípios.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.94

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 26

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 151/94, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina ponte Airton Senna da Silva, a ponte que interliga Guaíra a Mato Grosso do Sul. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 51 de 04.05.94).

ITEM 27

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 257/94, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e dá outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. 86, de 29.06.94)

Os itens 28, 29, 30 possuem requerimentos de Plenário n°s 2801 a 1803, pedindo o adiamento da votação.

Por essa razão a Presidência não encerra discussão e os Projetos retornarão nas mesmas condições à Ordem do Dia.

ITEM 28

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 292/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA.

ITEM 29

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 293/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 293/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

Art. 1° - Os arts. 219, 223, 224, 226 e 235 da Lei n° 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 219 - Na comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por juízes de:

I - trinta e cinco (35) Varas Cíveis

não especializadas;

II - oito (8) Varas de Família;

III - uma (1) Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

IV - quatro (4) Varas da Infância e da Juventude;

V - quinze (15) Varas Criminais não especializadas;

VI - duas (2) Varas do Tribunal do Júri;

VII - uma (1) Vara de Instrução do Júri;

VIII - cinco (5) Varas de Delitos de Trânsito;

IX - duas (2) Varas de Execuções Penais;

X - uma (1) Vara de Precatórias Cíveis;

XI - uma (1) Vara de Precatórias Criminais;

XII - uma (1) Vara da Auditoria da Justiça Militar;

XIII - duas (2) Varas do Juizado de Pequenas Causas.

Art. 223 - Ao Juiz da Vara de Instrução do Júri, compete processar os feitos de competência do Tribunal do Júri até a fase de alegações finais.

Art. 224 - Aos Juízes das Varas da Infância e da Juventude compete:

1.^a Vara

I - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes (art. 148, III, ECA);

II - conhecer de pedidos de guarda e tutela, e de ações de destituição do pátrio poder, perda ou modificação da tutela ou guarda, quando se tratar de criança ou adolescente em situação de risco (arts. 98 e incisos, e 148, parágrafo único, letras "a" e "b", ECA);

III - disciplinar, através de portaria, ou autorizar mediante alvará, o disposto no art. 149, do ECA;

IV - nomear os Comissários Voluntários da Infância e Juventude, da comarca, que a título gratuito prestarão auxílio a autoridade judiciária e organizar o quadro;

V - integrar a Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA;

VI - representar externamente a Justiça da Infância e Juventude;

VII - a distribuição dos feitos.

2.^a e 3.^a Varas

I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis (art. 148, I, ECA);

II - conhecer da remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo (art. 148, II, ECA).

4.^a Vara

I - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209 do ECA (art. 148, IV, ECA);

II - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis (art. 148, V, ECA);

III - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente (art. 148, VI, ECA);

IV - conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis, e enquanto não instalado esse Conselho, exercer as atribuições a ele conferidas (arts. 148, VII e 262 do ECA);

V - tratando-se de criança ou adolescente em situação de risco, nas hipóteses do art. 98, do ECA:

a) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;

b) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do pátrio poder;

c) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;

d) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;

e) conhecer de ações de alimentos;

f) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito (art. 148, parágrafo único, letras "c" a "h", ECA).

Parágrafo Único:

a) ao Juiz da 1.^a Vara da Infância e da Juventude compete, enquanto não instaladas as demais Varas, acumular as atribuições destas;

b) na execução das medidas de proteção ou sócio-afirmativas, delegadas (art. 147, ECA) será respeitada a competência definida neste artigo.

Art. 226 - Aos Juízes das Varas do Tribunal do Júri, 1.^a e 2.^a, por distribuição, compete:

I - a pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação do crime;

II - a organização e presidência do Tribunal do Júri e julgamento de todos os processos da competência respectiva, na comunidade do disposto no artigo 62, "caput", deste Código;

III - a organização e presidência de quaisquer Tribunais populares.

Art. 235 - Haverá na Comarca de Curitiba:

I - No Foro Judicial:

a) quarenta e cinco (45) Escrivanias Cíveis, inclusive as especializadas;

b) vinte e sete (27) Escrivanias Criminais, inclusive as especializadas;

c) quatro (4) Escrivanias da Infância e Juventude;

d) ...

e) quatro (4) Offícios de Distribuidor, Contador e Partidor, com as atribuições seguintes:

1º Ofício: Distribuidor, Contador e Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho; Varas Criminais; Tabelionatos de Notas, de 8º e 12º; Cartórios Distritais do Boqueirão, Barreirinha, Bacacheri, Uberaba, Santa Quitéria, Tatuquara, Portão, Santa Felicidade e Campo Comprido, com referência às escrituras; Varas Cíveis nas seguintes matérias: Falências e Concordatas; Fazenda Pública do Estado e dos Municípios, como autora, ré, assistentes ou oponentes e as que dela forem dependentes ou acessórias, inclusive execuções fiscais; ações que envolvem entidades autárquicas, de economia mista e empresas públicas, Estaduais ou Municipais; Mandados de Segurança e cautelares contra atos de autoridades Estaduais e Municipais e Autarquias; Desapropriações e as demolitórias de interesse da Fazenda Pública e autarquias do Estado e dos Municípios, observando-se a competência territorial da Comarca de Curitiba.

2º Ofício: Distribuidor na matéria de competência das Varas Cíveis, 1.^a a 35.^a, exceto a matéria de competência do 1º Ofício; das Varas de Precatórias Cíveis e Criminais; Auditoria da Justiça Militar; Tabelionatos de Notas do 1º ao 7º; Cartórios Distritais do Cajuru, Taboão, Pinheirinho, Mercês, Novo Mundo e Uberaba, com referência às escrituras; Offícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

3º Ofício: ...

4º Ofício: ...

f) onze (11) Comissários da Infância e da Juventude;

g) dois (2) Porteiros de Auditórios;

h) cento e sessenta e seis (166) Oficiais de Justiça;

i) oitenta e quatro (84) Auxiliares de Cartório;

j) dois (2) Escrivas das Varas do Juizado de Pequenas Causas;

l) um (1) Depositário Público;

II - No Foro Extrajudicial
..."

Art. 2º - As Varas da Fazenda Pública ficam incorporadas as Varas Cíveis não especializadas.

Art. 3º - Ficam criados vinte e seis (26) cargos de Juiz de Direito de entrância final, vinte e cinco (25) cargos de Escrivão, quarenta e cinco (45) cargos de Auxiliar de Cartório, nos quais se encontram computados mais um cargo de Auxiliar de Cartório para cada Vara Criminal, inclusive as especializadas, Auditoria da Justiça Militar e Vara da Infância e da Juventude:

Parágrafo Único - Nas Varas da Infância e da Juventude, nas Varas Criminais, inclusive especializadas e nas Varas do Juizado de Pequenas Causas haverá dois cargos de Auxiliar de Cartório, em cada uma, e nas primeiras ainda dois cargos de Comissários da Infância e Juventude, em cada uma.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.94

(a) PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO

JUSTIFICATIVA:

1. O volume de feitos nas Varas da Comarca de Curitiba é excessivo. Suficiente constatar que na área criminal os Juizes estão marcando audiência com prazo não inferior a um ano e meio, devido ao número crescente de ações penais que ingressam anualmente, o que leva, em decorrência, a um número expressivo de prescrições das ações penais. Atualmente a comunidade expressa um sentimento generalizado pelo fim da impunidade. É imprescindível, portanto, dar maior estrutura para a Justiça Criminal, criando-se mais Varas que possam dar uma pronta resposta do Poder Judiciário nesta área.

2. A mesma situação se verifica nas Varas Cíveis e de Família da Comarca de Curitiba, estando os Cartórios abarrotados de processos. O número de Varas Cíveis e de Família é o mesmo de dez (10) anos atrás. Constata-se, daí, uma desproporcionalidade entre o volume de serviços e o número de Cartórios e Juizes, o que é inaceitável e recomenda a criação de novas Varas dessa natureza para possibilitar uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

ITEM 30

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 101/94, que objetiva permitir que a organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, seja equiparada a órgão oficial de pesquisa, conforme específica. COM PARECER da C.C.J.. (Não tem parecer) (Publ. no D.A. nº 108, de

12.09.94)

ITEM 31

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/94, que fica o Poder Executivo autorizado a doar veículos de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, que se encontram cedidos a outros órgãos da Administração Pública Estadual e as Prefeituras Municipais, aos respectivos órgãos e município. (Publ. no D.A. nº 118, de 10.10.94 - Mens.) Encerrada a discussão.

O item 32 a Presidência deixa de encerrar a discussão e o projeto retornará nas mesmas condições, bem como o item 33.

ITEM 32

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/94, que fica revogada a Lei nº 10.437, de 30 de agosto de 1993, que dispõe sobre reutilização, pelas polícias civil e militar, de armas apreendidas no Estado do Paraná. (Publ. no D.A. nº 118, de 10.10.94 - Mens)

ITEM 33

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/94, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que revoga o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 121, de 18.10.94)

ITEM 34

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/94, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa valores para a gratificação pro-labore atribuída aos conciliadores e aos árbitros dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 121, de 18.10.94 - Ofício) Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 343/94

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo fixar valores para a gratificação pro-labore atribuída aos conciliadores e aos árbitros dos Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 343/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo fixar valores para a gratificação pro-labore atribuída aos conciliadores e aos árbitros dos juizados de Pequenas Causas.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 35

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 119/94, que fica revogada a Lei nº 9.661, de 15 de julho de 1991, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o imóvel onde está localizado o prédio da Escola Estadual Ermelino Matarazzo, no Município de Antonina. (Publ. no D.A. nº 124, de 21.10.94 - Mens.) Encerrada a discussão.

ITEM 36

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 120/94, que objetiva regulamentar o art. 37 da Constituição Estadual, o qual trata dos direitos do servidor público estadual eleito para cargos de direção sindical. COM PARECER da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 124, de 21.10.94 - Mens.) Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 352/94

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, Mensagem Governamental nº 120/94, no que diz respeito a seus aspectos legais, não encontramos óbices à sua normal tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 37

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/94, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem nº 121/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, área de terras de propriedade do Estado, localizada no Município de Jacarezinho, conforme específica. (Publ. no D.A. nº 125, de 25.10.94 - Mens.) Encerrada a discussão.

ITEM 38

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 138/94, que fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis conforme específica. COM PARECER DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 129, de 07.11.94 - Mens.) Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 368/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei supra tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à SANEPAR, os imóveis que específica, localizados nos Municípios de Piraquara e Curitiba. Tais imóveis têm suas áreas designadas como estação de tratamento da Penitenciária Central, do Manicômio Judiciário, da Colônia Penal, do Hospital São Roque e da Cidade Industrial.

Após analisar o projeto em tela, constatamos que o mesmo está em conformidade com os requisitos legais e nada temos a opor. Somos de parecer que o mesmo deva ser submetido à apreciação do Plenário desta Assembléia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 368/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder imóveis à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Já tendo recebido parecer favorável na douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Obras Públicas somos, também, favoravelmente à proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 39

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

372/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Senhora Maria Cristina de Andrade Vieira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 129, de 07.11.94). Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 372/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, objetiva conceder o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Senhora Maria Cristina de Andrade Vieira, encontra-se em consonância com as normas regimentais da Casa.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando, portanto, em condições de tramitar nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifesto meu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 40

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 380/94 de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que declara de Utilidade Pública o Casarão Cícero Moraes Colect, com sede e foro no Município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 133, de 16.11.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 380/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de n° 380/94, de autoria do nobre Deputado Domingos Faustino de Carvalho, inicialmente teve a sua proposta a concessão de Título de Utilidade Pública ao Casarão Cícero Moraes Colect, sediado no Município de Castro - PR. Ocorre que por equívoco na sua formalização, o projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria do próprio Parlamentar declarando de Utilidade Pública a referida entidade, apresentando os documentos necessários e comprobatórios de existência e atuação da Instituição estando portanto apta para ser aprovada a referida Emenda.

Somos de parecer favorável à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Casarão Cícero Moraes Colect,

com sede e foro no Município de Castro-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em:

(a) DOMINGOS CARVALHO

Apoiamento: Júlio Bifon, Hermas Brandão,
Toti Colaço e Edson Silva Lino.

ITEM 41

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 387/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 135, de 21.11.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 387/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Os documentos acostados comprovam, que o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Toledo, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais e regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 43

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 427/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 160/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 300.000,00, conforme especifica. COM PARECER da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 148, de 12.12.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 427/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da FAMEPAR.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa

obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 44

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 428/94, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Arapongas, Estado do Paraná. COM PARECER da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 148, de 12.12.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 428/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Colombino Grassano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 45

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 430/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 164/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 19 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 9.170.000,00, para o Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, conforme específica. COM PARECER da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 149, de 13.12.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 430/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar para a FAMEPAR, conforme específica.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa

de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 430/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo do Estado, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao Orçamento Anual para a FAMEPAR.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta Comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 46

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 431/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 163/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 315.000,00, conforme específica. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 148, de 12.12.94 - Mens.)

ITEM 47

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 053/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campinho desmembrado do Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.E.C.E.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 053/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campinho, desmembrado do Município de Ibaiti.

I - "Tem como ponto de partida: cabeceira do ribeirão do Meio abaixo até a sua confluência com o ribeirão do Engano. Deste segue-se, pelo Espigão Divisor de água do ribeirão do Engano com o ribeirão do Rumo acima até sua cabeceira em frente a antiga estação ferroviária Arthur Bernardes, junto à estrada de acesso ao distrito Euzébio de Oliveira. Deste pela estrada

Curitiba, quarta, em 14.12.94

até a Rodovia PR-435. Deste pela Rodovia PR-435, no sentido Ibatiti até a estrada de acesso ao Bairro Pires. Deste rumo 0 Leste até o ribeirão do Engano. Deste segue-se o ribeirão do Engano abaixo até o ribeirão do Salto acima até a Fazenda Paraíso. Deixa-se o ribeirão e segue-se no rumo 0 leste até o ponto de partida."

II - "A área do perímetro urbano do Distrito Administrativo do Campinho, mede 338.800,00 m², e tem como ponto de partida: marco de concreto na divisa com a Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração. Partiu-se confrontando com Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração com rumo 40 NW à 484,00 metros chega-se a um Mourão de Canto de cerca. Segue-se à cerca com rumo 86 SW à 700,00 metros chegando em um marco de concreto na beira da cerca. Deixa-se a cerca e segue confrontando com a Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração e José de Oliveira com rumo de 44 SE à 484 metros chegando ao marco de concreto. Deste segue-se confrontando a Agência Marítima Johnson S/A com rumo de 86 NE à 700,00 metros chegando ao ponto de partida. Confrontações: NORTE: Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração; ao SUL: Agência Marítima Johnson S/A; LESTE: Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração; e OESTE: Manacá S/A Armazéns Gerais e Administração e José de Oliveira. (Conforme Memoriais Descritivos assinados pelo Eng. Civil Roberto Aparecida Fávoro - CREA/PR nº 7256-D)."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 053/94

P A R E C E R:

O plano de lei em espécie, pretende autorizar a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos servidores públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em instituições de ensino superior mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Sobremaneira louvável a iniciativa de seu subscritor.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, sendo simplesmente autorizatória, opinamos favoravelmente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 053/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

do Deputado Paulo Maia, tem por objetivo autorizar a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga de servidores públicos e seus dependentes matriculados em instituições de ensino superior estadual.

A presente proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, e no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, louvamos a iniciativa do nobre Deputado Paulo Maia, para aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos estaduais.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 48

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/94, de autoria da Comissão Executiva, que fixa, para a legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1995, o valor da remuneração dos Deputados Estaduais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F..
Encerrada a discussão.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O valor da remuneração dos Deputados Estaduais, para a legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1995, fica fixada em 75% (setenta e cinco por cento) do que perceberem, em espécie, os Deputados Federais.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.02.94

(a) Comissão Executiva

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/94

P A R E C E R:

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da Comissão Executiva, tem por finalidade fixar, para a legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1995, o valor da remuneração dos Deputados Estaduais.

Estando amparado na Constituição Estadual e no Regimento Interno desta Casa de Leis, esta Comissão de Finanças, ao analisar a matéria, dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 49

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/94, de autoria da Comissão Executiva, que fixa a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná, na forma que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A remuneração do Governador do Estado, para o exercício de 1995, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, excetuadas as vantagens de caráter pessoal, acrescida de 20% (vinte por cento) a título de Ajuda de Custo.

Art. 2º - A remuneração do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1995, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, excetuadas as vantagens de caráter pessoal, acrescida de 15% (quinze por cento) a título de Ajuda de Custo.

Art. 3º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1995.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) Comissão Executiva

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/94

P A R E C E R:

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da Comissão Executiva, tem por finalidade fixar, para a legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1995, o valor da remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná.

Estando amparado na Constituição Estadual e no Regimento Interno desta Casa de

Leis, esta Comissão de Finanças, ao analisar a matéria, dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2768, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2775, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2777, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2778, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2779, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 775/93 e 225/94.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 594/93, 338, 358, 378, 406, 407, 423, 425 e 426/94; e do Projeto de Resolução nº 055/94.

Levanta-se a sessão.